

# *Gramática da Linguagem Portuguesa*

de Fernão de Oliveira

(1536)

A)

## ABORDAGEM PONTUAL E SITUACIONAL

### 1. FILOLOGIA E PROTOFILOLOGIA PORTUGUESAS

#### 1.1. Divergência congraçável

São conhecidas as opiniões de José Leite de Vasconcelos e de Rebelo Gonçalves acerca da periodização<sup>1</sup> a introduzir na nossa filologia. Interessando-nos mais congraçar interpretações do que ressaltar disparidades, achamos que antecedentemente a Fernão de Oliveira existiu apenas a protofilologia, que só perde a denotação conotativa prefixal a partir daquele. Mesmo que se considerem teorização sobre a língua os parágrafos da *Arte de Trobar* (séc. XIV), como os espanhóis reputam o *Prohemio e Carta al Condestable de Portugal* do Marquês de Santillana (1449), os italianos o *De vulgari eloquentia* (1304/6) de Dante ou os franceses *La concorde de deux langues* (±1510) de Jean Le Maire des Belges, mesmo assim fica-se longe de uma sistematização em forma, similarmente devendo concluir-se do exame dos códices medievais concernentes, consultáveis nas bibliotecas ou, por analogia, dos simplesmente existentes em seus catálogos<sup>2</sup>.

Com efeito, o manuseio dos códices gramaticais alcobacenses, alguns de tão belas iluminuras de cores vivas que parecem de hoje, suscita enorme pena a quantos descobrem, logo, que as glosas marginais ou interlineares foram redigidas persistentemente em latim, parte delas bastante desfeitas pela idade e sem a marcada intervenção da bendita canhestrice dos notários ou tabeliães auto-suficientemente amesendados no seu latim bárbaro. É que o *Doctrinale* (1200) de Villedieu, o *Graecismus* (1212) de Béthune, o *Vocabularium* (c. 1060) de Papias da Lombardia, o *Derivationes* (meados do séc. XIII) de Hugucião, as *Institutiones grammaticae* de Prisciano explicavam-se na língua de Cícero abastardada e

tão-só eventualmente aconteciam intromissões vernaculares. As aplicações ao idioma nativo eram levadas a cabo mais por dedução dos alunos que por explanação formal dos mestres, apesar de tal se aconselhar logo no início do *Doctrinale* e semelhantemente haver procedido Prisciano ao recorrer a frases em grego para esclarecimento de doutrinação latina. A «língua laica» preconizada por Alexandre de Villedieu, destronando o uso exclusivo dos preceitos em latim, reservava-se a casos especiais de dificuldade perceptiva por parte dos discípulos. O vernáculo levava-se naturalmente de casa e ajudava, enfim, a engrenar a mente na língua ecuménica da cultura.

Constituem importante excepção os *Notabilia* de Alcobaça, no códice CDIII/79, de 89 fólios, datado de 1427, e o mss. Digby 26 (séc. XIV), hoje na Bodleyan Library de Oxford, ambos<sup>3</sup> enriquecidos de provido exemplário em vulgar, embora a sua finalidade não fosse o ensino do vernáculo. Claro que não se tratava de uma latinidade estreme, porque de quando em vez as retroversões claudicam gravemente, e disto não escapa nem o *Baculus caecorum* na edição do mestre António Martins (Lisboa, 1497), compêndio apastrado e, sem dúvida, ainda distante dos Nebrijas e Despautérios. Tais erros contudo, se por um lado desinformam pedagogicamente, por outro são índices para a formação de juízos sócio-históricos não despiciendos. Boa razão assistia a Michel Foucault ao estabelecer discriminação entre documentos e monumentos, critério de resto esposado pela «nova história»<sup>4</sup>.

A cronotopografia geral dos códices é, entretanto, muito mais complexa e José Mattoso até aventa a hipótese de nem todo o fundo do mais renomado centro cisterciense lhe pertencer desde a origem. Seja como for, no ANTT entre os livros dos mosteiros de Seiça e de Bouro figuram, no rol de 1408, o *Vocabularium* de Papias em ambos, as *Etimologias* no segundo, as quais de resto se encontravam vulgarmente em tais casas e foram detectadas, por exemplo, nas de Guimarães, Leça, Santa Cruz e Sé de Coimbra, segundo José Mattoso, Gama Caeiro, Mário Martins e Avelino Costa. À mesma Sé, além da enciclopédia isidoriana usada no ensino do *trivium* e doada por D. Paterno, seu bispo (1080-1087) e fundador da respectiva escola catedralícia, pertenceram um volume de João de Garlandia (c. 1090 – Paris?), talvez o *Disticha* registado no *Livro das Calendas* em 1175, e dois exemplares do Donato acusados no inventário de Lourenço Domingues em 1393.

O surto da imprensa e do humanismo trouxe a proliferação dos compêndios, alguns ainda do jeito de Pastrana; a maior parte, todavia, refontalizados em novos ares: Lourenço Valla, Agostinho Datti, Estêvão Flisco, Perotti, Francisco Nigro, Erasmo, Despautério, Nebrija, Estêvão Cavaleiro. As bibliotecas documentam a voga destes e doutros autores mais de trás. Só uma amostra rápida: três incunábulo da Biblioteca Pública de Braga, revelados há anos por Rocha Madahil e recolhidos na Biblioteca Nacional guardam obras de António Martins e Pedro Rombo; Pastrana, de que saíram cá, entre 1497 e 1505, provavelmente seis edições, é detectável na Biblioteca Nacional, na do Rio de Janeiro e no Paço Ducal de Vila Viçosa, onde há tempos se observou; Nebrija existe em Braga, Coimbra e Lisboa, pelo menos; na Biblioteca Pública de Évora depara-se precisamente com Estêvão Flisco, Agostinho Datti e Francisco Nigro, além de Estêvão Cavaleiro, também consultável na Biblioteca Nacional; ao arquivo da Sé de Braga pertenceram o dicionário e a suma gramatical constantes do *Catholicon* (c. 1280) de João de Génova, de que há um exemplar na Biblioteca da Universidade de Coimbra, na edição de Veneza de 1497, e bem assim o *Rudimenta grammatices* de Nicolau Perotti, com outro exemplar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, ex-incunábulo da Biblioteca Real<sup>5</sup>.

## 1.2. A Filologia e a Linguística

É neste contexto que acontece o dealbar da nossa filologia e até da linguística, segundo Coseriu, atingida por um lado a maioridade do idioma à sombra benéfica, embora magisterialmente esquiva, do Lácio e alcançada, à luz do humanismo irradiante, mais cabal apercepção da estrutura e beleza da língua-mãe da romanidade. Tal esquivança, porém, que vinha de costumeira institucional, não a praticavam os preceptores, mesmo quando universitários, de príncipes e nobres, a quem ensinavam interessadamente o português, além do trívio e, em vários casos, do quadrívio. Confirma-o um longo estudo recente do saudoso investigador Luís de Matos, no qual se apontam cinquenta cartinhas para aprender a ler e, mau grado alguma repetição escusável, em benefício de dezanove príncipes, desde D. Afonso V a D. Sebastião, reportando-se outrossim à instrução de moços fidalgos, de moços da câmara ou da capela e donzelas da Corte, e relevando mais que uma vez a existência de três delas anteriores à de Barros<sup>6</sup> e à Gramática oliveiriana.

Disse Alfredo de Vigny que «o homem de talento aproveita as circunstâncias, o homem de génio fá-las nascer». Fernão de Oliveira, se não precisou de suscitá-las porque elas se cruzaram consigo, teve excepcionalmente, ao contrário de tantos contemporâneos decerto capazes, o talento de pioneiramente as aproveitar, pois até ao presente não se conseguiu comprovação de que «um livro que se intitula *Principio da lingua portuguesa*, de pergaminho, escrito a mão»<sup>7</sup> e que pertenceu à livraria de D. Catarina, lhe seja anterior. No esplendor do Renascimento e da nova idade de ouro, Fernão de Oliveira jogou na diferença e marcou uma nova era na linguística lusa, como de resto jogaram os nossos pilotos e marinheiros abrindo ao mundo novos céus e novas terras.

Eis no que se nos afigura não haver reparado Michel Foucault quando apresentou, em *Les mots et les choses*, as quatro similitudes – *convenientia*, *aemulatio*, *analogia* e *simpathia*, como coordenadas representativas e demarcadoras da cultura ocidental até fins do século XVI<sup>8</sup>. Dá a impressão de que o filósofo, por acúmulo de estruturalismo paradoxal, se fechou num quinhentismo centro-europeísta, amputando desintencionadamente da carta geográfica a Península e sobretudo Portugal, que desde bem cedo no século XV deixou de raciocinar apenas por semelhanças, ao menos quanto a um notável estrato das suas gentes.

Objectar-se-á que *aemulatio* implica diferença e isso é verdade; mas trata-se de uma diferença que consiste afinal em superação na semelhança. A rivalidade é a superação do outro no mesmo; pelo contrário, a diferença é a superação do mesmo no outro<sup>9</sup>. Julgamos que esta «arqueologia das ciências humanas», como Foucault subepigrafou o volume em questão, impressionante até pelo fulgor das metáforas, entre as quatro marcas ou «signatures» caracterizadoras também daquele século, esqueceu uma essencialíssima que já provinha do que o antecedeu e teve origem aqui, no «rostro» com que a Europa olha o oceano. Distracção de sábio, sempre desculpável, apesar de bastante mais grave do que a de certa revista francesa<sup>10</sup> de responsabilidade ao atribuir, há anos, a Porfirio Díaz, escrito à castelhana, a passagem do Cabo da Boa Esperança «em 1484», isto é, três anos antes de o autêntico, Bartolomeu Dias, ter largado do Tejo.

## 2. FERNÃO DE OLIVEIRA

### 2.1. O Homem da diferença

Antes, pois, cinco coordenadas epocais que culturalmente podem concretizar-se em cristianismo, humanismo, escolástica, nacionalismo e Descobrimentos ou encontro planetário de civilizações, esta última menoscabada por Foucault. Cremos que em todas elas Fernão de Oliveira assumiu atitudes de diferença, às vezes com grave perigo da própria liberdade.

Assim, com 25 anos em 1532, abandona o convento dominicano de Évora e rumo a Espanha; tendo aprendido por gramáticas latinas decide-se a escrever uma em português, de pendor ortográfico anti-relatinizante; educado na teorização aristotélico-tomista, redige dali a alguns anos, voltado para a práxis, três importantes tratados de arquitetura e construção naval; certa simpatia para com Henrique VIII que o recebe generosamente depois de ter caído prisioneiro da armada inglesa na Mancha, num reencontro com a de Francisco I na qual figurava como piloto de uma nau, vale-lhe os cárceres da Inquisição em Lisboa; numa expedição ao Norte de África em que D. João III o envia como capelão real das tropas, apesar da derrota e da prisão acha que a culpa esteve na má organização do nosso exército, indicando as causas do fracasso; entusiasta da gesta da Expansão e possuidor de uma chama nacionalista que a Gramática manifesta claramente, Fernão de Oliveira foi um dos primeiros que, na esteira de Francisco de Vitória e de Bartolomeu de Las Casas, criticou abertamente a escravatura e o tráfico dos negros<sup>11</sup>; sem, enfim, descer aos tratos de polé com que Erasmo visou a mesma escolástica dos sorbonagros e oxoniagros perdidos em jogos silogísticos confusos, primou sempre, quer no português quer nos textos em latim, pela singeleza da construção frásica, pela clareza na expressão da ideia e, quanto ao vernáculo, pela simplificação mórfica da palavra. Homem da diferença, a maior e mais honrosa de todas é sem dúvida, a apontada pelo Prof. Eugenio Coseriu no magistral estudo que adiante integra esta introdução geral.

### 2.2. Dados biográficos

Para a biografia de Fernão de Oliveira, ainda com alguns hiatos, notável carreador de elementos foi Henrique Lopes de Mendonça em *O Padre Fernando Oliveira e a sua obra náutica*, ao qual se seguiram, quanto a mais alguns, Armando Cortesão, Teixeira da Mota, Léon Bourdon, Paul Teyssier, Contento Domingues e finalmente Luís de Albuquerque<sup>12</sup>.

Filho de Heitor de Oliveira, juiz dos órfãos em Pedrógão, terá nascido em Aveiro em 1507, cinco anos depois de D. João III, Pedro Nunes e Damião de Góis, três anos antes da conquista de Goa por Afonso de Albuquerque, seis anos antes da faustosa embaixada de D. Manuel ao Papa Leão X. Em 1520 entra como noviço nos Dominicanos de Évora, comunidade existente na urbe desde 1286. Aí foi discípulo de André de Resende, sete anos mais velho, no intervalo entre o retorno deste de Alcalá e de Salamanca (1521) e a partida para Paris e Lovaina em 1528 e 1529.

Na cidade de Geraldo respirava-se então a atmosfera de uma grande metrópole, rival prendada da Lisboa das Descobertas: o fausto da Corte e dos seus serões, os literatos, as casas senhoriais, os preceptores de príncipes, entre os quais Luís Teixeira e Aires Barbosa, não se confinam apenas à capital,

aos Paços da Ribeira ou da Alcáçova. Foram doze anos social e culturalmente ricos para Fernão de Oliveira, dentro e certamente também fora das paredes da sua cela.

Quando em 1532, na pujança dos 25 anos, abandona o convento e ruma para Espanha, jornadeava André de Resende com seu aluno D. Pedro de Mascarenhas, embaixador de Portugal junto de Carlos V, nas deslocações do Imperador por Bruxelas, Viena e Itália. Ao retornar em 1533 a S. Domingos de Évora com Nicolau Clenardo, Resende já não viu o confrade-egresso e ex-discípulo, tempos adiante parece que secularizado por concessão papal, decerto obtida aquando da sua ida a Roma, ou até antes de iniciar as suas lições a jovens fidalgos cerca de 1535, regressado de Castela.

Por 1540/1541, interrompidas as aulas aos filhos de João de Barros, aos do Barão de Alvito, ao de D. Fernando de Almada e a outros mais, abala Fernão de Oliveira para Itália, incumbido, ao que se julga e não destoa de um tal preceptor, de missão régia junto da Santa Sé a respeito dos cristãos novos, mas devém prisioneiro das galés francesas entre Barcelona e Génova, nas quais acaba por ser piloto. Regressa em 1543 na companhia do Núncio Lippomano. Em 1545, após dois anos de penúria e desconversa dos antigos confrades, incorpora-se numa armada francesa e, em recontro naval da Mancha, é feito prisioneiro de Inglaterra, chegando a frequentar a corte de Henrique VIII e Eduardo VII. Em 1547, devido a estas relações, entra por quatro anos nos cárceres da Inquisição, apesar da carta credencial que trazia do jovem rei Eduardo, daí saindo, por intervenção do Cardeal D. Henrique e por motivo de saúde, para o mosteiro de Belém, com a imposição de envergar o hábito sacerdotal.

Em liberdade desde 1551, participa como capelão real, em 1552, na expedição organizada por D. João III em auxílio do rei de Velez, no norte de África, caindo novamente prisioneiro e voltando a Lisboa, um ano após, a fim de negociar o resgate dos companheiros. Em 1554, posteriormente a uma ordem de prisão talvez não executada, nomeia-o D. João III revisor tipográfico na Universidade de Coimbra, onde também ensina retórica, lendo-se no alvará de nomeação o título de licenciado. De 1555, ano da publicação, em Coimbra, da *Arte da guerra do mar*, a 1557, outra vez na Inquisição. Em 1565 lia casos de consciência nos Espatários em Palmela, se não se trata de um homónimo, e recebia uma tença de D. Sebastião. Haver-se-á finado na década de 1580-90, pois na sua *História de Portugal* refere-se a factos das Cortes de Tomar realizadas em 1581, sendo impossível avançar com uma data certa.

### 2.3. Bibliografia

Além da *Gramática da Linguagem Portuguesa*, o polígrafo Fernão de Oliveira, que igualmente assina *Fernando Oliveira*, é autor das seguintes obras:

a) *Arte da guerra do mar* (Coimbra, João Alvarez, 1555), por duas vezes reeditada: em 1937 pelo Arquivo Histórico da Marinha, e pelo Ministério da Marinha em 1969;

b) *Ars nautica*, mss. da Biblioteca de Leida, dado a conhecer em 1960 por Luís de Matos e cuja edição crítica preparava Luís de Albuquerque, que a morte levou entretanto (1917-1992);

c) *Viagem de Fernão de Magalhães escrita por um homem que foi na sua companhia*, mss. autógrafo incluso na *Ars nautica* e composto a partir de relato oral, editado sob a epígrafe *Le voyage de Magellan* [...] por Pierre Valière (Paris, Centro Cultural Português, 1976);

d) *Livro da fabrica das naus* (c. 1580), editado por Henrique Lopes de Mendonça em *O Padre Fernando Oliveira e a sua obra náutica*<sup>13</sup> (Lisboa, Academia Real das Ciências, 1898).

De acordo com o *Catalogue des manuscrits espagnols et des manuscrits portugais* organizado por Alfred Morel-Fatio (B.N.P., 1892), pertencem-lhe ainda:

a) *Livro da antiguidade, nobreza, liberdade e imunidade do reino de Portugal* (c. 1581), mss. da Biblioteca Nacional de Paris a que faltam os sete primeiros capítulos;

b) *Historia de Portugal* (pós-1581), mss. de três livros, mais três capítulos referentes a D. Sancho I, da mesma Biblioteca (vd. *O contemporaneo politico e literario*, II e III, do General Pamplona, Paris, 1820);

c) *De re rustica*, de Columela, versão interrompida no início do cap. IX.

Apesar de não desconhecermos o latim de Fernão de Oliveira, como acima se aludiu já, falta realmente um estudo aprofundado das qualidades da sua pluma no idioma do Lácio, o que talvez fique para próxima oportunidade, agora que nos encontramos quase às portas dos quinhentos anos do seu nascimento. É que, salvo comemorações restritas a algum colóquio ou academia, a artigos de revista ou conferência eventual, oficialmente a nossa intelectualidade não festejou os 450 anos da *Gramática* oliveiriana (1536-1986), nem muito menos o quarto centenário da morte do seu autor, ocorrido na passada década de 1980. Releve-se, no entanto, a boa memória da Biblioteca Nacional que em 1981 lançou no mercado a primeira edição fac-similada desta obra, repetida em 1988, o que redundou num grande benefício cultural, porquanto nenhuma das cinco edições anteriores (1536, 1871, 1936, 1954, 1975) está em absoluto isenta de erros ou imprecisões, aqui e além nem sempre leves.

### 3. GRAMÁTICA DA LINGUAGEM PORTUGUESA

#### 3.1. Visão de conjunto

Numatextura anafórico-epifórica trocadilhada de engenhosa complementaridade semântica avisava Rodrigo de Sá Nogueira<sup>14</sup>, em 1933, os mais distraídos: «A *Gramática* de Fernão de Oliveira (1536) foi a primeira que se publicou em português; foi a primeira que se publicou do português e de um português; foi a primeira que se publicou do português e em Portugal».

Não pode reputar-se adversa a fortuna em relação a esta obra. As suas seis edições colocam-na à frente das de João de Barros, Pero Magalhães de Gândavo e Duarte Nunes de Leão para só me restringir ao quadrunvirato de gramáticos vernáculos quinhentistas. De facto<sup>15</sup>, se a Gândavo honestam sobremaneira as três edições do séc. XVI (1574, 1590, 1592), esperou delongadamente até meados do séc. XX pelas outras três, uma das quais na Alemanha. Quanto a João de Barros, cuja *Gramática*, como se sabe, abrange quatro secções, repare-se: a *Cartinha* conta três edições, além da separata em 1539; a *Gramática*, secção nuclear do conjunto, quatro; o *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, cinco; o *Diálogo da viciosa vergonha*, três, o que tudo somado não equivale sequer a quatro edições completas. De Duarte Nunes de Leão as edições cifram-se em três para a *Ortografia* e quatro para a *Origem*. Sem insinuar confrontação de méritos reservada para outro trabalho, desta muda acareação ressalta a posição

dianteira para a *Gramática da linguagem portuguesa* em face de Barros e de Duarte Nunes, posição essa que no concernente à distribuição mais regular das edições (1536, 1871, 1936, 1954, 1975, 1981) se mantém diante da de Magalhães de Gândavo.

Diferentemente das gramáticas do Renascimento e das de Nebrija e João de Barros, a de Fernão de Oliveira omite a quarta parte dedicada à retórica, embora aluda de passagem a qualquer coisa com ela relacionada, como a prosódia e as dicções figuradas. As outras três são constituídas pela fonética/fonologia e ortografia, com observações interessantíssimas; pela morfologia, na qual das oito categorias tradicionais são tratados o artigo, o nome, certos pronomes e advérbios, e os verbos; e pela sintaxe ou construção.

A articulação das vogais e consoantes, precisada com aproximações eventuais ao castelhano, latim, grego, hebraico e árabe; divergência entre a prolação dos sons e a sua imagem grafémica; centro silábico e ditongos; acentos e suas normas; ortografia e evolução; cuidado na intromissão de estrangeirismos e sua mais capaz adaptação – são informações argutas «que se não podem desprezar», como acentua Sá Nogueira.

As palavras ou dicções primitivas, compostas, derivadas; os arcaísmos e neologismos; o valor semântico dos prefixos; as declinações ou flexões nominais e verbais; a evolução semântica dos vocábulos – eis os principais temas morfológicos.

A sintaxe resume-se a página e meia, menos cinco páginas do que em João de Barros. Mas nada de admirar. A sintaxe foi desde sempre a secção menor das gramáticas. A de Prisciano consagrou-lhe tão-somente os três últimos livros, de entre 18; a de Port-Royal tão afamada, vinda a lume em 1660, 124 anos depois da de Oliveira, três páginas, porque as duas seguintes já dizem respeito às figuras. Tal metodologia, vulgar durante tantos séculos, resultante da aceitação pacífica da prioridade da palavra sobre a frase, radica no *Crátilo* de Platão e na análise proposicional aristotélica. Nas gramáticas modernas, a prioridade cabe geralmente à frase, no que aliás já Humboldt, Cassirer e os modernos matemáticos lógicos haviam reparado, ponto de vista agora em discussão e reanálise pelo gramaticalismo transfrástico ou teoria do texto.

Claro que em Fernão de Oliveira se desejariam naturalmente maior desenvolvimento dos temas, melhor distribuição, sistematização mais apurada. Não se esqueça, porém aquele excerto de Horácio nas *Epistolas* (I, II,40): *qui coepit habet dimidium facti*, «quem começa uma obra tem já feito metade dela». O próprio autor estava absolutamente cômico das deficiências, tanto que por cinco vezes se descontenta e roga desculpa delas prometendo e reprometendo «falar mais largamente em outra obra (cap. XXXIX), porque nesta não fazemos mais que apontar os princípios da gramática que temos na nossa língua» (cap. XLVIII); e quanto à sintaxe e ao estilo e suas particularidades – insiste – se tratará «a seu tempo, em outra obra maior que desta matéria espero fazer» (cap. XXVIII). Promessas e nada mais, na aparência; mas no fundo uma situação de lucidez perante a complexidade de um objecto que, afora o mais que intelectualmente julgo lhe não minguava, requeria disponibilidade e calma, requisitos com que nessa ou em ocasiões próximas a vida certamente o não favorecia.

### 3.2. Gramática vs. miscelânea gramatical

Na dedicatória a D. Fernando de Almada, de cujo filho, D. Antão, foi mestre-escola, Fernão de Oliveira acha a sua gramática uma «pequena obra», «uma primeyra anotação», consciente das limitações da mesma em face da abundante temática de Quintiliano, citado vinte vezes, do plano geral de Varrão a quem por oito alude ou da *Gramática Castellana* de Nebrija que por uma vez cita no cap. VI, mas em cujos livros I, parte do II e parte do V se inspirou. Por outro lado, conhece-se a afirmação que João de Barros fez de si próprio como tendo sido o primeiro que pôs a nossa linguagem em *arte*<sup>16</sup>. Estas asserções aparentemente antagónicas levaram alguns autores a colocar no compêndio de Fernão de Oliveira o rótulo de miscelânea de conhecimentos linguísticos e gramaticais, por ausência de sistematização, algumas repetições escusadas e omissão de secções tradicionais em obras do género.

Ora o caso não se afigura tão óbvio como parece. Isto sem menos apreço pela opinião de Hernâni Cidade. E por várias razões:

a) A *Gramática* de Oliveira, na realidade, adopta a quádrupla repartição de Nebrija, herdada já dos gregos: *ortografia* (e fonética), *prosódia*, *etimologia* (morfologia), *sintaxe*;

b) A omissão da *retórica* não tem a gravidade que normalmente lhe atribuem os que desfazem em Fernão de Oliveira: na gramática de Clenardo, editada em Braga em 1538 sob a epígrafe de *Institutiones grammaticae latinae*, essa secção simplesmente não existe;

c) Concorde-se em que constitui uma menos valia «a fantástica pré-história de Portugal, a que ele adere nos primeiros capítulos, e que remonta a Ânio de Viterbo, tão influente também em outros países românicos no século XVI», segundo Coseriu, fantasias estas que afinal perduraram e ainda aparecem, por exemplo, na *Gramática Filosófica* (1783) de Bernardo de Lima e Melo Bacelar;

d) Considerações que Fernão de Oliveira expõe acerca da formação das línguas, com apoio na autoridade de filósofos situam-no afinal, de algum modo, na dupla corrente gramatical renascentista de que fala J.-C. Chevalier: o desejo de rigor que irá cristalizar na gramática teórica a caminho de Port-Royal; e a busca da simplicidade que brilhará nas gramáticas didácticas e descritivo-normativas<sup>17</sup>, de que a dele é um primeiro exemplo entre nós;

e) A acusação que lhe fazem de esquecer as «partes do discurso», problemática privilegiada, queda bastante improcedente: das oito categorias tradicionais, só passou de lado três, mas não o artigo, o nome, certos pronomes, advérbios e verbos, não obstante focagens de relance;

f) Quanto a haver dedicado à sintaxe somente página e meia, já se respondeu com suficiência no capítulo anterior;

g) A respeito da reivindicação de Barros como primeiro, entre nós, na *arte* gramatical em face da «pequena obra» de Oliveira, isso assemelha-se à tentativa de quem, embasbacado perante os 18 livros da *arte* de Prisciano, achasse que a *Ars Minor* de Donato não ia além de uma amostra.

Ainda a propósito desta problemática, apraz-nos trazer para aqui a interessante hipótese de Dieter Woll, segundo a

qual «o editor [Germão Galharde], por razões de propaganda desta ‘primeyra anotação’, lhe deu o título mais pretensioso de ‘Grammatica’, sem delimitações». Cá está algo que nem será fácil de aceitar nem de rejeitar liminarmente. Reflitamos, então, um pouco.

O sintagma «primeyra anotação» encontra-se num texto formal, numa dedicatória, o que aliás Dieter Woll recorda. Ora Fernão de Oliveira, cujo conhecimento da retórica Jerónimo Cardoso exaltava, saberia avonde que à «petitio benevolentiae» e a um louvor maior lhes davam eficácia a humildade e o empenhamento conscientes e fidalgamente expressos.

De resto, há um paralelismo de situações um tanto provocatório. João de Barros também após o título de *Gramática* à sua «Cartinha» de 1539: *Grammatica da lingua portuguesa com os mandamentos da santa madre igreja*, que «contém – sublinha Woll – apenas breves rudimentos para aprendizes do ABC»<sup>18</sup>. Dir-se-á que lhe estavam no pensamento as restantes três partes, a saber, a *Gramática*, o *Diálogo em louvor da nossa linguagem* e o *Diálogo da viciosa vergonha*. E em Fernão de Oliveira, não havia igualmente um projecto de conjunto a complementar o compêndio de 1536, projecto esse de que repetidas vezes nos dá conta? Até na dedicatória aludida ele frisa esta primeira «como prologo das outras».

Creemos ser tempo de concluir esta disputa com o título de um estudo há anos publicado: «Fernão de Oliveira, primeiro gramático e filólogo da Lusofonia»<sup>19</sup>.

### 3.3. Lugar da redacção da Gramática

Pascual Galindo Romeo e Luis Ortiz Muñoz, na edição crítica da *Gramática Castellana* nebrissense opinam haver sido em Castela que Fernão de Oliveira terá redigido a sua, como parece deduzir-se do modo de falar de Oliveira em tal ponto e bem assim quando alude aos que não se lembram da sua terra a que muito devem, o que faz pensar ter escrito a obra em Espanha, possivelmente em Toledo, que era então a capital<sup>20</sup>.

Discordando do grupo que adere à hipótese dos dois linguistas anteriores, outros citam como contra-prova um parágrafo do cap. XLIV, onde se lê: «Ainda porém que nesta cidade [Lisboa] houve ou cuidou que ainda é viva hũa molher que se chamava *Cataroz*». Há, contudo, outra passagem dilucidativa, como aquela em que se refere o advérbio *até*, «o qual antre nós responde ao que os latinos dizem *usque*». E prossegue: «este averbio, digo, alghuns o pronunciam conforme ao costume da nossa lingua, que é amiga d’abri-la boca, e dão-lhe aquella letra *a*, que digo no começo. Mas outros lhe tiram esse *a* e não dizem *até*, mas dizem *té*, não mais, começando em *t*» (XXXV). Linhas adiante, cita esta pronúncia como sendo a adoptada por Garcia de Resende, João de Barros e Mestre Baltasar<sup>21</sup>.

Não há argumentos apodícticos, nem de um lado nem de outro. Embora pendam mais para um trabalho intra-fronteiras, nada obsta a que haja começado lá fora, ocupando-lhe horas de lazer forçado. Causam alguma estupefacção as fontes de que se serve, que não são assim tão poucas. Mas não devem menosprezar-se os muitos anos de estudo que contava no seu currículo e os apontamentos escolares de um jovem superiormente dotado.

Entretanto, cabe perguntar pelas motivações que o terão decidido a escrever o compêndio. Não nos fornece nenhuma, infelizmente, nem nos depoimentos perante os inquisidores. Nasceram elas dos convites para a leccionação, o que explicaria bastante satisfatoriamente o arranjo dispositivo, um tanto

apressado e a necessitar de complementos, da obra em causa? Inclino-me para tal suposição que, a ter acontecido, milita, sem dúvida, em favor de uma redacção levada a cabo após o regresso de Castela.

Esta argumentação, aparentemente tão aceitável, invalida-a sem dificuldade a hipótese contrária segundo a qual Fernão de Oliveira poderá haver sido contactado, para os efeitos acima especificados, por emissários enviados a Toledo, da parte das famílias interessadas. Uma vez registada a solicitação, ter-se-á lançado ao trabalho esquematizador das notas, prosseguido após o retorno a Lisboa.

Frente à suposição mais radical de Galindo Romeo e Ortiz Muñoz, os que terçam armas em prol dos inícios redaccionais no país vizinho alinham, assim, numa espécie de terceiro grupo opinativo, a quem não passa despercebida a data da publicação da *Gramática*, logo na entrada de 1536, a 27 de Janeiro. Será uma razão de peso, mas só na aparência: o recuo do regresso, cuja data precisa se ignora, de Fernão de Oliveira para uns bons meses atrás, invalidam-na naturalmente.

Afinal, uma questão de somenos. Ainda que a houvesse escrito na selva, à *Gramática* isso não lhe retirava o valor intrínseco inegável, reconhecido ao perto e ao longe. Nem a ela, evidentemente, nem ao seu autor.

Ornamento da Ordem dominicana pela formação pedagógica e científica recebidas, Fernão de Oliveira, não obstante as suas tergiversações como homem, ganhou jus à imortalidade, que lhe outorgou sem favor a língua portuguesa como ao primeiro que ousou objectivar-lhe as estruturas, delinear-lhe o corpo orgânico, captar-lhe o fôlego e o espírito, propô-la como modelo de aprendizagem e de estudo contra o predomínio da latina e da castelhana, a fim de que uma vez bem sabida e cuidada, a pudéssemos «ensinar a muitas outras gentes» (cap. V), como realmente aconteceu.

AMADEU TORRES e CARLOS ASSUNÇÃO

**Observação.** – Os elencos bibliográficos a rematar cada uma das três secções (A, B, C) foram evitados, a fim de não encorpar mais este tomo. O mesmo se avisa quanto ao geral. No entanto qualquer fonte consultada se encontra, claramente expressa, no rodapé dos textos.

## NOTAS

<sup>1</sup> Cfr. José Leite de Vasconcelos, *Opúsculos*, IV, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929, pp. 859 ss.; F. Rebelo Gonçalves, «História da filologia portuguesa», in *Boletim de Filologia*, Lisboa, Fac. de Letras, 4 (1936) 1-2, p. 7.

Enquanto que Leite de Vasconcelos colocou o segundo período da filologia portuguesa no século XVI, Rebelo Gonçalves escreveu por seu turno: «se é certo que foram úteis alguns esforços anteriores— como o magistério de António Martins, que leu na Universidade Olisiponense a *Arte* de João de Pastrana, como o labor de Cataldo Sículo, que, estrangeiro embora, difundiu em Portugal o gosto dos estudos gramaticais –, o que vale de facto a inauguração da nossa Filologia são as obras de Fernão de Oliveira, João de Barros, Duarte Nunes de Leão e Pero de Magalhães de Gândavo».

<sup>2</sup> Cfr. Louis Kukenheim, *Contributions à l'histoire de la grammaire italienne. espagnole et française à l'époque de la Renaissance* [Amesterdão, 1932], Utrecht, H. and S. Publishers, 1974, pp. 3-13 e 219-228; Amadeu Torres, «Dos códices gramaticais alcobacenses à Gramática de Fernão de Oliveira», in *Diacrítica*, Univ. do Minho, Centro de Est. Portugueses, 3 (1988), pp. 157-172; Telmo Verdelho, *Origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*, Lisboa/Aveiro, INIC, 1995, *passim*; Carlos Assunção, «Ponto de situação da gramática no aparecimento da primeira gramática portuguesa», in *Anais*, rev. de Letras, Vila Real, Univ. de Trás-os-Montes e

Alto Douro, 1 (1997), pp. 35-47; Rolando Morel Pinto, «Gramáticos portugueses do Renascimento», in *Revista de Letras*, S. Paulo, Faculdade de Filosofia e Letras de Assis, 1961, reprod. na *Revista de Portugal*, XXVII, Lisboa, 1962, pp. 286-303.

<sup>3</sup> Cfr. A. F. de Ataíde e Melo, *Inventário dos códices alcobacenses* (6 vols.), 1930--1978), I, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1930, p. 74. O dito códice, que é copiado em cursivo, com algumas epígrafes em gótico anguloso dos finais do séc. XV e rubricas e iniciais a vermelho, pertenceu a João Rodríguez de Caracena, castelhano.

Quanto ao mss. Digby 26, cfr. *Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte*, Münster, 1 (1960), pp. 191 ss.

<sup>4</sup> Cfr. Manuel Saraiva Barreto, «Os *Notabilia* gramaticais alcobacenses», in *Euphrosyne*, Lisboa, Fac. de Letras, XIII (1985), pp. 79-94.

Saraiva Barreto, no seu estudo, não reparou em erros por interferência vernácula, dado não ser esse o objectivo do trabalho. Mas eles existem: «*Pedro estudador*

*das lições corre dicatur Petrus qui studet vel qui studebat lectiones* [aliás «*lectionibus*»] *currit* [*Notabilia*, fols. 1v-2r]; «*Pedro anojador das moças corre componitur Petrus cuius taedet vel taedebat puellas* [aliás «*quem ... puellarum*»] *currit* [*Baculus caecorum*, fols. B5v-B6r].

<sup>5</sup> Cfr. Amadeu Torres, *o.c.*, *passim*, assim como a bibliografia aí indicada.

<sup>6</sup> Cfr. Luís de Matos, «O ensino na Corte durante a dinastia de Avis», in *O humanismo português – 1500-1600*, Primeiro Simpósio Nacional, Lisboa, Academia das Ciências, 1988, pp. 500- 502, 513 e *passim*.

<sup>7</sup> Cfr. Francisco de Sousa Viterbo, *A livraria real especialmente no tempo de D. Manuel*, Lisboa, Impr. Nacional, 1901, p. 41.

<sup>8</sup> Cfr. Michel Foucault, *As palavras e as coisas* [trad. de *Les mots et les choses*, Paris, 1966], Lisboa, Portugalia Editora, 1968, I parte, II, caps. I e II.

<sup>9</sup> Nada disto equivale a confundir-se experiencialismo e experimentalismo, este tomando corpo acentuadamente no século XVII e daí em diante. De qualquer forma, quer o experiencialismo quer o experimentalismo das Descobertas são saltos na diferença e não na semelhança.

<sup>10</sup> Cfr. Gérard Milhaud, «Chronologie érasmiense», in *Europe*, nº 489, Paris, 1970, p. 32.

<sup>12</sup> Cfr. Luís de Albuquerque, *Navegadores, viajantes e aventureiros portugueses nos sécs. XV e XVI*, II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1987, pp. 128-142; Francisco Contento Domingues, «Experiência e conhecimento na construção naval portuguesa do século XVI: os tratados de Fernando Oliveira», in *Revista da Universidade de Coimbra*, XXXII (1986), pp. 343-347; quanto a Lopes de Mendonça, vd. nt. 13.

<sup>13</sup> O título completo desta obra é mais extenso: Henrique Lopes de Mendonça, *O Padre Fernando Oliveira e a sua obra náutica – Memoria comprehendendo um estudo biographico sobre o afamado grammatico e nautographo e a primeira reprodução typographica do seu tratado inedito «Livro da Fabrica das Naus»* (Lisboa, Academia Real das Ciencias, 1898).

Lopes de Mendonça era, então, sócio correspondente desta Academia e capitão--tenente da Armada.

<sup>14</sup> Cfr. *Prefácio à Grammatica da lingoagem portuguesa* por Fernão de Oli-veira, 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa, José Fernandes Júnior, 1936, p. 7; Amadeu Torres, *o.c.*, na nt. 2, pp. 166-168; José Lemos Monteiro, «As ideias linguísticas de Fernão de Oliveira», in *Confluência*, rev. do Instituto de Língua Portuguesa, nº 15, Rio de Janeiro, 1998, pp. 98-116; Brigitte Schlieben-Lange, «*Letra, figura und força* bei Fernão de Oliveira», in *De orbis Hispani linguis, historia, moribus. Festschrift für Dietrich Briesemeister zum 60. Geburtstag*. Herausgegeben von Axel Schönberger und Klaus Zimmermann, Frankfurt/Main, Domus Editoria Europaea, 1994, pp. 17-28.

<sup>15</sup> Cfr. Maria Leonor Carvalho Buescu, *Introdução* in João de Barros, *Gramática da língua portuguesa*, Lisboa, Fac. de Letras, 1971, pp. XXIX-XXXV e LXXXIV; id., *Introdução* in Pero Magalhães de Gândavo, *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa*, Lisboa, Biblioteca Nacio-nal, 1981, pp. 9-10 e 37; Rolf Nagel, *Die Orthographieregeln des Pero Magalhães de Gândavo*, in «*Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte*» 9, 110-135, 1971.

<sup>16</sup> Cfr. *o.c.*, na nt. 14, p. 82; Amadeu Torres, *o.c.*, na nt. 2.

<sup>17</sup> Cfr. Jean-Claude Chevalier, *Histoire de la Syntaxe. Naissance de la notion de complément dans la grammaire française (1530-1750)*, Paris, Librairie Droz, 1968, pp. 173-175; Fernando Lázaro Carreter, *Las ideas lingüísticas en España durante el siglo XVIII*, Madrid, CSIC, 1949, p. 133.

<sup>18</sup> Cfr. «Bedeutung und Verwendung von *língua* und *linguagem* in den ersten portugiesischen Grammatiken von Fernão de Oliveira und João de Barros», in *Lexicon der romanistischen Linguistik*, Tübingen, Max Niemeyer, 1994, pp. 57-74: vd. 72 e 65.

<sup>19</sup> Cfr. Amadeu Torres, in *Boletim da Comissão Nacional da Língua Portuguesa (CNALP)*, Lisboa, 1989, pp. 47-54; id., *Gramática e linguística*, Faculdade de

Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos Linguísticos, 1998, pp. 73-91.

<sup>20</sup> Cfr. António de Nebrija, *Gramática Castellana*. Texto estabelecido sobre la ed. *princeps* de 1492 por Pascual Galindo Romeo y Luis Ortiz Muñoz, con una introducción, notas y facsimil. Edición de la Junta del Centenario, Madrid, 1946, I, p. XL.

Outra edição cuidada, de 1984, teve reedição há pouco: Antonio Quilis, *Gramática de la lengua Castellana* de Antonio de Nebrija. Estudio y edición crítica [Madrid, Editora Nacional], Fundación Ramón Areces/Ediciones de Cultura Hispánica, Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1992

<sup>21</sup> Curiosa esta referência, que não é a única, a D. Frei Baltasar Limpo (1478-1558), doutor em Teologia e professor na Universidade de Lisboa. Nesta ocasião era ele Provincial, pela 2.<sup>a</sup> vez (1528-1537) dos Carmelitas. Em 1536 ascendeu a Bispo do Porto, em 1550 a arcebispo de Braga. Na 1.<sup>a</sup> fase do Concílio de Trento (1546-1549) foi o único prelado português.

## B)

# APRECIACÃO GLOBAL

## LÍNGUA E FUNCIONALIDADE EM FERNÃO DE OLIVEIRA\*

1.1 Apesar de o gramático português Fernão de Oliveira (1507-1581) ser ocasionalmente mencionado na história da linguística, especificamente na da linguística românica, na realidade ele é conhecido quase exclusivamente pelos lusitanistas<sup>1</sup>. E também estes restringiram-se, até agora, a acentuar a sua importância na área da fonética portuguesa ao avaliarem os seus dados com o objectivo de reconstruir o sistema fonológico do português da primeira metade do século XVI<sup>2</sup>.

1.2 É verdade que, à primeira vista, Oliveira se apresenta como foneticista ou senão como fonólogo. De facto, na sua *Grammatica da lingoagem portuguesa* (ou *Primeira anotação da lingua portuguesa*)<sup>3</sup>, publicada em Lisboa, em 1536, dos cinquenta breves capítulos (mais exactamente, parágrafos), dedica nada menos que vinte e quatro (6-29) à fonética e à ortografia; treze à lexicologia (30-42); seis, à morfologia (43-48) e apenas um, à sintaxe (49).

Mas Oliveira não se mostra apenas como foneticista, pois as suas ideias no domínio da lexicologia, no da morfologia e até mesmo no da linguística geral não são menos interessantes e originais que as da área da fonética. E também nesta merece um lugar de destaque, se o consideramos no contexto geral da Gramática e da Fonética da Renascença na România. Ao referir-se aos autores cujos dados se propõe interpretar, Herculano de Carvalho escreve que «esses gramáticos e ortógrafos não eram foneticistas nem fonólogos (embora talvez mais isto do que aquilo)», e que a sua perspectiva era «predominante e explicitamente ortográfica»<sup>4</sup>. Isto vale certamente para a caracterização não só de Oliveira mas também de todos os gramáticos e foneticistas da Renascença na România (talvez as únicas excepções sejam J. Rhys e Giorgio Bartoli). Também é verdade que todos esses autores tratam uma fonética empírica, sem uma base metodologicamente firme. Oliveira, entretanto, supera de longe tudo o que, pelo menos até hoje, conhecemos nesse campo em toda a România. Através da sua clara intuição da funcionalidade linguística e da distinção, aplicada frequentemente também na descrição concreta, entre os esquemas

funcionais da língua, esquemas às vezes só virtuais (‘sistema da língua’) e sua realização (‘norma da língua’), ele antecede o seu tempo na descrição linguística em geral e apresenta-se como um dos gramáticos mais originais de toda a Renascença.

O impulso para a descrição do português veio certamente da gramática espanhola de António de Nebrija<sup>5</sup>, publicada quarenta e oito anos antes, ao qual ele se refere explicitamente na sua obra. Isto, porém, não diminui a sua originalidade, pois ele não segue Nebrija como um simples imitador, como na maioria das vezes o fez João de Barros<sup>6</sup>, alguns anos mais tarde. É esta originalidade que pretendemos mostrar, delimitar e ressaltar neste trabalho<sup>7</sup>.

1.3 Evidentemente, nem tudo o que aparece em Oliveira é para ser avaliado como positivo. Um exemplo disto é a fan-tástica pré-história de Portugal, a que ele adere nos primeiros capítulos da sua obra, e que remonta a Ânio de Viterbo, tão influente também em outros países românicos no século XVI. Além disto, Oliveira é, como acontece também com outros gramáticos sincronistas<sup>8</sup>, um mau etimologista, e suas ideias sobre a história da língua são, na maioria das vezes, ingênuas ou erradas. Nega, de facto, etimologias pseudo-esclarecedoras do tipo *homem*, «porque é o ‘meio’ de todas as cousas ou porque está no ‘meio’ do mal e do bem»; *molher*, «porque é ‘molle’; *velho*, porque ‘vio’ muito»; *tempo*, «porque ‘tempera’ as cousas»; *passaro*, «porque ‘passa’ voando», classificando-as de «patranhas» (31). Ao mesmo tempo, porém, apesar da sua excelente cultura humanística, não tem clara consciência da continuidade latino-românica e não está disposto a aceitar sem relutância a origem latina, nem sequer em casos evidentes como os de *mesa*, *lume*, *homem*, *mulher*, *livro*, *porta*, *casa*, *parede*, pois se tantas palavras portuguesas devem remontar ao latim e, além disso, ao grego, ao árabe, ao castelhano, ao francês, «então que nos fica a nos?». Para as correspondências português-latim, ele acha explicação no facto de que, se por um lado os roma-nos deram aos portugueses determinadas palavras, por outro, tomaram destes determinadas outras de que precisavam. Apesar de tudo, Oliveira tem algumas ideias muito boas também neste campo; assinala, por exemplo, que é extremamente difícil motivar a origem de cada nome, pois seria preciso saber onde surgiram as «coisas» correspondentes e, em cada caso, chegar até à «pessoa particular» que impôs o nome: «assi que é trabalhoso e pouco certo querer saber os nascimentos particulares das dições» (32)<sup>9</sup>.

2.0 Como já se disse, o valor de Oliveira está, porém, no domínio sincrónico e, neste, predominantemente na área da fonética. Os seus modelos imediatos neste campo são, além de Nebrija, muito provavelmente as diversas obras sobre ortografia espanhola que apareceram, precisamente na época em que ele se encontrava em Espanha (ou cerca daquela)<sup>10</sup>, isto é, as obras de Vanegas, Busto e Robles<sup>11</sup>. Em todos esses autores – que continuam uma importante tradição muito viva e cultivada<sup>12</sup> iniciada, em Espanha, pela Gramática e pela Ortografia de Nebrija<sup>13</sup> e, em parte, ainda antes<sup>14</sup>, e cultivada com muita assiduidade – e especialmente em Busto, encontram-se em vários casos descrições muito exactas dos sons espanhóis do ponto de vista articulatorio<sup>15</sup>. Oliveira supera, contudo, todos, mesmo Nebrija, pela agudeza das suas obser-vações, pela minuciosidade e pelo carácter sistemático da sua descrição dos sons portugueses<sup>16</sup>.

2.1 As unidades fônicas (ou, melhor, as unidades de expressão) do português são identificadas por Oliveira, de acordo com a tradição e com a terminologia da sua época, como *letras*. Isto é, ele emprega *littera* para as unidades fônicas e ao mesmo tempo para a sua representação gráfica<sup>17</sup>, como era costume

desde os antigos. No entanto, distingue cuidadosamente entre representação gráfica (*figura, sinal*) e a unidade fónica correspondente (*pronúnciação, força, virtude*): «as figuras destas letras chamão os gregos *caracteres* e os latinos *notas*, e nos lhe podemos chamar *sinaes*. Os quaes hão de ser tantos como as *pronúnciações*, a que os latinos chamão *elementos* e nos as podemos interpretar *fundamētos* das vozes e escritura» (6). Sem dúvida, esta distinção não é nova: ela remonta aos antigos<sup>18</sup> e é comum a todos os gramáticos da Renascença<sup>19</sup>. Todavia, Oliveira emprega-a com uma coerência antes dele só encontrável em Nebrija e só raras vezes, depois dele, no século XVI. Para as várias *letras*, especialmente para as vogais, ele descreve separadamente *figura* e *pronúnciação* (que, ocasionalmente, chama também *voz*). As unidades fónicas que ele identifica em português como segmentos são em geral fonemas; no caso da nasalidade, entretanto, trata-se de um traço distintivo.

2.2 No sistema de vogais do português, Oliveira identifica, primeiro, oito vogais orais, diferenciando, nas letras **a**, **e**, e **o**, o fonema aberto (*grande*) do fechado (*pequeno*) (8)<sup>20</sup>. Observa que o português só possui cinco *figuras*, para as oito vogais («temos oyto vogaes na nossa lígoa mas não temos mais de cinco figuras») e sugere novas figuras:  $\alpha$  para o ‘a pequeno’;  $\epsilon$  para o ‘e grande’ e  $\omega$  para o ‘o grande’. Depois, identifica as vogais nasais como unidades vocálicas simples: o ‘til’, que se emprega para tais vogais, não corresponde a um ‘elemento de construção da palavra’, isto é, não constitui um segmento fonemático («mas âtre nos claro está que não temos voz a qual se forme cõ este elemēto ou fundamēto til»), ele é apenas um sinal de nasalização: «assi como fazemos do til nas vogaes quando...mudão sua voz; digo que mudão a voz porque não he a mesma voz *vila* e *vilã*, mais o til que lhe posemos muda a calidade do **a** d’clara voz em escura e mete-o mais pelos narizes [N.B.], outro tanto nas outras vogaes como **e** e  $\tilde{e}$ , **i** e  $\tilde{i}$ , **o** e  $\tilde{o}$ , **u** e  $\tilde{u}$ , onde o til ganha alghüa cousa e tem poder alghü; o qual sintem as orelhas» (16). Como *elemento*, o til é, por conseguinte, só uma modificação da vogal, isto é, a própria nasalidade (Cf. também 14: «sua força é tão branda que a não sentimos se não mesturada cõ outras»)<sup>21</sup>. E é importante assinalar que esta caracterização da vogal nasal como som vocálico simples representa uma notável contribuição de Oliveira, pois é a primeira vez que as vogais nasais são consideradas como tais na România (e talvez seja a primeira vez em geral)<sup>22</sup>.

Finalmente, Oliveira identifica quase todos os ditongos orais e nasais do português<sup>23</sup> e constata que, nos últimos, o til (isto é, a nasalidade) soa em ambas as letras vocálicas.<sup>24</sup>

2.3.1 No que se refere ao sistema consonântico, Oliveira apresenta as descrições articulatórias, no essencial, completas, ainda que sucintas. Muitas dessas descrições são surpreendentemente exactas e, salvo a terminologia, aceitáveis ainda hoje. Por exemplo:

*Pronüçia-sse a letra b antr’os beyços apertados lançãdo para fora o bafo com impeto; c. Pronunçia-sse dobrãdo a lingua sobre os dentes queyxaes: fazendo hü çerto lombo no meyo della diante do papo, casi achegando cõ esse lôbo da lingua o çeo da boca e empedindo o espirito, o qual per força faça apartar a lingua e faças e quebre nos beyços com impeto; A pronüçiação do f fecha os dêtes de çima sobre o beicho de baixo...;*

*A pronüçiação do l lambe as gëgibas de cima cõ as costas da lingua achegãdo as bordas della os dêtes queyxays;*

*Pronüçia-se o r singelo cõ a lingua pegada nos dëtes queyxaes de çima e sae o bafo tremendo na pôta da lingua. Do rr dobrado a pronüçiação é a mesma que a do r singelo, se não que este dobrado arranha mays as gëgibas de çima; e o singelo não treme tâto;*

*x pronüçia-sse cõ as queixadas apertadas no meyo da boca, os dëtes jütos, a lingua ancha dentro na boca, e o espirito ferve na humidade da lingua;*

*A pronüçiação do z zine antr'os dentes çerrados com a lingua chegada a elles e os beyços apartados hü do outro(13).*

Por causa da presença da letra **h** (**ch**, **lh**, **nh**), Oliveira chama às palatais *letras aspiradas* (14) – e este é um dos poucos casos em que se deixa enganar pela grafia. Mas volta ao assunto e assinala que estes sons não são «grupos», mas consoantes simples que, por isto mesmo, necessitariam de *figuras* próprias simples e que se trata, na realidade, não de aspiração mas de uma «mudança», a qual, entretanto, ele não chega a definir exactamente<sup>25</sup>. Apesar desta insuficiência e de algumas outras pequenas inconseqüências nos detalhes, a descrição de Oliveira – a primeira descrição articulatória sistemática e completa do sistema de consoantes de uma língua românica – é de longe não só a melhor da sua época mas também a melhor por longo tempo após o aparecimento de sua Gramática<sup>26</sup>.

Observamos ainda que Oliveira separa ortograficamente, como já fazia Nebrija, **i** e **j**, **u** e **v** e que caracteriza o som [j] em palavras do tipo: *meio*, *moio* como sons consonânticos («porque não faz syllaba por si») e propõe para representá-lo a grafia **y** (14)<sup>27</sup>.

2.3.2 Ainda mais interessante que a descrição articulatória – e muito mais importante do ponto de vista funcional – é o facto de Oliveira estabelecer regularmente correlações funcionais no sistema consonântico. Em todos os casos em que duas consoantes têm os mesmos traços articulatórios (à excepção da sonoridade), assinala-o expressamente; trata-se das *letras*: **c-g**; **p-b**; **t-d**; **ss-s**; **ç-z**; **f-v**; **x-j**, ou seja, dos fonemas: **k/g**; **p/b**; **t/d**; **ʃ/s/z**; **s/z**; **f/v**; **d/z**<sup>28</sup>. É também a primeira vez que uma corre-lação é apresentada de um modo tão completo e, ao mesmo tempo, tão claro e preciso para um sistema consonântico românico<sup>29</sup>. As oposições correspondentes Oliveira interpreta-as, porém, não como oposições de sonoridade, mas sempre como oposições de força, ou seja, de tensão (cf. as caracterizações citadas na nota 28)<sup>30</sup>. Além disso, ele estabelece uma oposição de quantidade entre **r** e **rr**, isto é, /r/ e /ːr/ (cf. a descrição de **r** e **rr** em 2.3.1), assim como uma certa afinidade, embora não definida, entre **r** e **l**: **r** é para ele «semelhãte ao **l**» (13; cf. ainda 17: **l** tem grande afinidade «com o **r** singelo»)<sup>31</sup>.

2.4 É muito exacta também, em Oliveira, a descrição da distribuição dos fonemas na palavra e na sílaba (20-23). Neste ponto pode, sem dúvida, ter seguido o modelo de Nebrija, cuja descrição da distribuição dos fonemas espanhóis também é muito precisa e completa<sup>32</sup>. Oliveira, todavia, tenta justificar os factos observados por regras mais gerais do que as de Nebrija. Dado que em português, em posição de final de sílaba, só são permitidas vogais e ditongos (incluindo as vogais e os ditongos nasais) e **l**, **r**, **s**, **z**, ele formula, mais ou menos claramente – ainda que através de uma argumentação circular, pois chama **l**, **r**, **s**, **z** de «semivogaes ou quasi vogaes» (20) – a regra de que em português somente um fonema ‘vocalico’ pode terminar palavras e sílabas, excluindo-se as *letras mudas*, isto é, os fonemas propriamente ‘consonânticos’ e, naturalmente, os grupos consonantais (20-23). No que diz respeito aos

sons iniciais de sílabas e de palavras, Oliveira esclarece que, nesta posição, só podem ocorrer em português, além dos sons vocálicos, consoantes ou grupos consonantais de *muta cum liquida*, mas nenhum outro grupo de consoantes. Só se podem desviar desta regra as palavras estrangeiras e, mesmo estas, somente enquanto elas forem «novas» no idioma e não tenham ainda sido ajustadas ao sistema português («Se não quando ainda forem tão novas ante nos que seja neçessareo pronunçia-las cõ a melodia de seu naçimento»)<sup>33</sup>. A tendência do português, segundo Oliveira, é, contudo, ajustar estas palavras e, por exemplo, vocalizar as *letras mudas* no final das sílabas (24).

2.5 Muito exactas são também as indicações de Oliveira quanto às assimilações (18, 26, 28), embora interprete neste contexto os pronomes pessoais **o**, **os** erradamente como ‘artigos’. Não menos precisa é a parte que trata da acentuação das palavras (28-29), o que demonstra pelo menos um notável dom de observação<sup>34</sup>.

2.6 Característico das descrições e interpretações de Oliveira, na área fônica, é antes de tudo o facto de ele ter sempre presente o sistema linguístico – como no caso das regras de distribuição – e adoptar, ainda que mais ou menos intuitivamente, o ponto de vista funcional correspondente ao sistema. Revela-se isto em vários factos. Em primeiro lugar, as suas ‘letras’ correspondem quase exactamente às unidades fonemáticas do português e, no caso das vogais nasais, até a uma análise funcional do tipo: V + nasalidade. Em segundo lugar, Oliveira fundamenta a oposição de *a-□*, *e-□*, *o-□* com o facto de estes sons poderem ocorrer no mesmo contexto fônico e de não poderem, por este motivo, ser interpretados como condicionados pelo contexto: «E isto porque nos não podemos salvar cõ os latinos dizendo que a consoãte ou consoãtes e letras que vão adiante fazem grande ou pequena a vogal que fica, mas vemos que cõ hũas mesmas letras soa hũa vogal grande as vezes e as vezes pequena: segundo o costume quis e não mays» (8). Reconhecer-se-á nesta argumentação um dos critérios que, muito mais tarde, serão utilizados no estruturalismo e, especialmente, na Escola de Bloomfield, para delimitar as unidades fonemáticas<sup>35</sup>. Ainda mais evidente é o enfoque funcional na interpretação que Oliveira dá para [i], [u] em posição átona, especialmente antes de vogal (onde, em português, se neutraliza a oposição **e/i**, **o/u**). Oliveira interpreta, com efeito, estes sons como **e**, **o**, respectivamente, apesar da sua semelhança material (fonética) com **i**, **u**, que ele, aliás, admite explicitamente, sugerindo, portanto, que se escreva *memorea*, *neçessareo*, *continoar* (e não *memoria*, *neçessario*, *continuar*). Afirma que em tais casos não se trata de unidades vocálicas distintas mas de variação condicionada pelo contexto fônico, o que é também verificável em outras vogais<sup>36</sup>.

3.0 A partir de certas observações de Varrão<sup>37</sup> e daquilo que nos gramáticos latinos e em Nebrija é tratado como *species* e *figura* das diversas partes do discurso (especialmente no nome e no verbo), Oliveira apresenta nos parágrafos sobre o vocabulário («Das dições»), em poucas páginas, um esboço de lexicologia e, neste esboço, uma teoria da composição das palavras que constituem o primeiro – e em certo sentido o único – esboço desse tipo e a primeira teoria da composição das palavras que conhecemos na história da linguística românica.

3.1 As *dições* – isto é, e em cada caso, ‘todas’ as palavras – Oliveira divide-as em categorias, de acordo com cinco critérios.

Segundo o ponto de vista que se adoptar, as dições podem ser:

- a) *nossas–alheias–comuns*<sup>38</sup>;
- b) *apartadas–juntas* – (isto é, simples e compostas);
- c) *velhas–novas–usadas*;
- d) *próprias–mudadas* (isto é, não metafóricas e metafóricas);
- e) *primeiras–tiradas* (isto é, primárias e derivadas).

O primeiro critério é etimológico e comparativo, mas aplicado, por assim dizer, de um ponto de vista sincrónico. As *dições nossas* são as palavras primitivas específicas da língua e também as que nasceram nesta língua por composição e derivação (31). As *alheias* são as palavras de empréstimo e as estrangeiras reconhecíveis como tais; estas podem tornar-se, com o tempo, *dições nossas*. As *comuns* são as palavras de diferentes línguas nas quais não se pode reconhecer a procedência de um ou de outro idioma<sup>39</sup>. Para o segundo critério, v. 3.2. O terceiro critério refere-se à diacronia do vocabulário dentro de uma língua histórica. As *dições velhas* são os arcaísmos. Estes podem ser registados, segundo Oliveira, também em espaços cronológicos relativamente curtos, e certos arcaísmos podem, inclusive, ser ainda conhecidos dos falantes mais idosos<sup>40</sup>; além disso, pode-se verificar que, frequentemente, palavras velhas da língua comum sobrevivem nos «falares». As *dições novas* são as palavras de datação mais recente que surgem para denominar ‘coisas’ novas e que se difundem junto com as coisas denominadas (37). As *dições usadas* (isto é, correntes) são as palavras que não são reconhecíveis nem como arcaísmos nem como palavras novas, isto é, a maioria das palavras de uma língua de qualquer época<sup>41</sup>. O quarto critério (39) não necessita de maiores explicações. O quinto refere-se à relação de derivação, por exemplo, à relação existente entre *tinta* e *tinteiro*, *velho* e *velhice*. Neste contexto, Oliveira trata brevemente a questão da motivação relativa: as relações de derivação são, a rigor, motivadas extra-linguisticamente, porque correspondem às relações entre as ‘coisas’ denominadas<sup>42</sup>.

3.2 O mais interessante neste capítulo é, todavia, a teoria de composição das palavras que Oliveira desenvolve em relação com a segunda divisão do vocabulário e de que trata um pouco mais pormenorizadamente (34-35). Esta caracteriza-se pela procura de um critério adequado para a delimitação dos compostos. Inicialmente, Oliveira adopta o critério da existência dos componentes como palavras autónomas. Como exemplo disto, têm-se *contrafazer* onde tanto *contra* como *fazer* podem ocorrer isoladamente (30-35). Pelo contrário, isto não acontece no caso de *fazer*, já que *fa-* e *-zer* não ocorrem como palavras independentes («porque *fa* por si não diz nada e *zer* tampouco» (34)); por este motivo, *fazer* constitui uma *dição apartada*, uma palavra simples. A delimitação dos componentes deve, aliás, referir-se simultaneamente ao significante e ao significado: *amaríamos*, por exemplo, não é composto de *ama* e *ríamos*<sup>43</sup>. Este primeiro critério não é, porém, aplicável a todos os casos que Oliveira pretende considerar, pois a possibilidade de análise de um composto, facto para ele essencial, não implica sempre necessariamente a existência autónoma dos seus componentes. Por isto, renuncia logo a esse critério e, já na definição dos compostos, fala de elementos que «significam ou ‘podem’ significar também isolados» e de «vocábulos ou partes de vocábulos» que se ajuntam<sup>44</sup>. Basta também que um dos elementos exista autonomamente, se o outro (ou os outros)<sup>45</sup> se pode(m) considerar como palavras virtuais, ou seja, formas às quais é possível atribuir um significado lexical. Assim, por exemplo, no

caso de *refazer*, *desfazer*, em que *re-* e *des-* não ocorrem isolados<sup>46</sup>. Há até *vozes* que só ocorrem nos compostos, como *re-*, *es-*, *des-*, e que por isso originalmente («de seu nascimento») são palavras [virtuais] simples<sup>47</sup>. E é mesmo possível, segundo Oliveira, que nenhum dos elementos de um composto ocorra isoladamente, como palavra autónoma: este é o caso de *nelhures* e *algures*<sup>48</sup>. O critério finalmente alcançado por Oliveira é, portanto, a ‘analisabilidade’ segmental da significação lexical, isto é, a possibilidade de se atribuir significação lexical aos segmentos de uma forma, que podem por isso ser considerados como componentes da significação lexical da forma inteira. Esta possibilidade de análise evidencia-se na língua através de equações proporcionais como *con-chegar* / *con-juntar*, *re-fazer* / *des-fazer*, *nelh-ures* / *alg-ures*, independentemente do facto de os elementos ocorrerem ou não isolados, como palavras autónomas. De facto, os exemplos e as análises de Oliveira correspondem a esta interpretação, apesar de falar de uma ocorrência autónoma dos elementos. De acordo com isto, *a-correr*, *a-conselhar*, *en-carregar*, *es-guardar* – aos quais a análise é aplicável – são compostos, enquanto *apanhar*, *açoutar*, *ensinar*, *esperar* não o são (35). E aos elementos como *re-*, *des-*, *com-* poder-se-ia atribuir em cada caso uma significação determinada<sup>49</sup>.

É evidente neste caso a analogia entre a interpretação de Oliveira e certas interpretações modernas particularmente em relação aos compostos, principalmente as de Bloomfield e da sua Escola; analogia que vai até ao conflito entre a análise formal e a análise semântica e às dificuldades que, por esse conflito, também o moderno estruturalismo tem em casos como o do inglês *cranberry* e ainda mais em outros como *conceive-deceive-receive*.

4.0 Como já foi dito no início, Oliveira ocupa-se muito brevemente da gramática *stricto sensu* (‘Morfossintaxe’) e a parte que dedica ao verbo é ainda mais curta que a do nome. Relativamente à sintaxe da oração trata-a superficialmente, pois Oliveira remete para outras obras que estaria a preparar sobre estes temas. Mas, mesmo nesse tratamento tão sucinto, pode notar-se o seu esforço no sentido de se libertar dos esquemas da gramática latina e de delimitar como tais as categorias gramaticais que funcionam em português. E devemos dizer que consegue traçar em poucas páginas uma gramática portuguesa, em grande parte independente dos modelos latinos<sup>50</sup>.

4.1 Esta relativa independência torna-se evidente na própria concepção da gramática descritiva que Oliveira revela nesta secção da sua obra: prescinde explicitamente das definições das categorias gramaticais e restringe-se a identificar e a descrever as *formas* que expressam essas categorias<sup>51</sup>.

4.2 No que diz respeito à matéria deste esboço gramatical, limitamo-nos a indicar alguns aspectos que se evidenciam no quadro da história da gramática românica. Em primeiro lugar, Oliveira considera o artigo do português como uma parte autónoma do discurso (43). Os casos, no nome, são mantidos apenas como tipos de funções oracionais – todavia, reduzidos a quatro (nominativo, genitivo, dativo, acusativo) e, com uma excepção, designados com novos nomes: prepositivo, possessivo, dativo e pospositivo – e não são considerados categorias morfológicas: só há em português, segundo Oliveira, declinação de casos em alguns pronomes (46)<sup>52</sup>. As marcas dos casos como funções oracionais são os artigos, por exemplo, no masculino singular: *o*, *do*, *ao*, *o*. Mas as formas do tipo *do*, *ao* não são para Oliveira só marcas de casos mas também combinações de preposição e artigo (por exemplo, numa construção como: *venho do paço*); e o caso com o qual as preposições se constroem em tais expressões é o pospositivo<sup>53</sup>. Os géneros em português são o masculino, o feminino, o indeterminado (por exemplo *isto*) e o comum (por exemplo *maior*, *menor*); não existe o neutro (44). Só se pode falar em declinação

do nome, em português, em relação ao género e ao número. A declinação de género (do tipo: *moço-moça*) ocorre com frequência e não é determinável (44). Declinações de número há quatro: formação do plural com *-s* (*moço-moços*), com *-es* (*pavês-paveses*), com mudança de uma *letra* (*animal-animais*) e com modificação de uma sílaba (*almeirão-almeirões*) (45)<sup>54</sup>.

Oliveira indica ainda a particularidade dos nomes em *-ão* de apresentarem três diferentes formas de plural (*grão-grãos*, mas: *melão-melões*, *cão-cães*) e mostra que isso remonta à diversidade das formas antigas do singular: no português arcaico esses nomes terminavam no singular em *-ão*, *-õ*, *-ã* e esta diversidade permaneceu apenas no plural<sup>55</sup>. Para o verbo português, Oliveira regista só uma voz (47) e três conjugações (os tipos: *falar*, *fazer*, *ouvir*)<sup>56</sup>.

5.1 No princípio assinalámos que Oliveira, pelo menos intuitivamente, distingue entre os níveis de estruturação de cada língua a que nós chamamos *sistema* e *norma*, quer dizer, entre o nível das oposições funcionais e o das suas realizações tradicionais<sup>57</sup>, e que aplica várias vezes esta distinção na sua *praxis* descritiva. Já na sua interpretação do [i] e do [u] átonos, pode falar-se desta distinção, pois Oliveira anota para o sistema linguístico do português /e/ e /o/, apesar de saber que na norma de realização se trata de [i] e [u] (cf. 2.6). Muito mais clara se mostra esta mesma intuição de Oliveira no domínio da mor-fologia gramatical e lexical, especialmente na sua concepção da ‘analogia’.

5.2 O ponto de partida de Oliveira é, neste caso, a distinção de Varrão entre *derivatio naturalis* e *derivatio voluntaria*<sup>58</sup> e a oposição, interpretada como paralela a esta distinção, entre analogia e anomalia (regularidade-irregularidade)<sup>59</sup>, e, como Varrão, ele entende por declinação neste contexto a *flexão* e a *derivação*. Também os seus exemplos de *declinação voluntária* e de *anomalias* desta são semelhantes aos de Varrão. Constatamos que em diferentes derivações em si mesmas equivalentes há preferência por determinadas formas, diferentes de caso para caso: de *sarna* tem-se *sarnoso* e não *sarnento*; de *sarapulhas*, entretanto, *sarapulhento* e não *sarapulhoso*; e de *pó* não se tem nem *pooso* nem *poento* mas *empoadado*<sup>60</sup>; de uma mulher diz-se *pescadeira*, de uma barca, ao contrário, diz-se *pescaresa*. O substantivo do verbo *orar* é *oração* mas o de *amar* é *amor* (41; mas cf. mais adiante). Apesar da semelhança na maneira de encarar os problemas, parece-nos, porém, que Oliveira vai além de Varrão, pois não se limita a estabelecer analogias e anomalias do uso linguístico, mas concebe a língua também como sistema de possibilidades que, no uso concreto, se realizam com restrições. É verdade que também Varrão fala de regularidades não realizadas («analogia quae in consuetudine non est»), mas considera a analogia e a anomalia como dois procedimentos concorrentes do mesmo nível do uso linguístico. As analogias não contempladas, que dá como exemplos de irregularidades, são, em cada caso, proporções particulares do tipo: *vinum-vinaria* / *caro-\*carnaria*; *ovis-ovile* / *avis-\*avile*; *canto-\*cantitans* / *amo-\*amitans*. Além disso, Varrão tende a considerar a derivação como domínio da irregularidade e a flexão, como o da regularidade; e rejeita expressamente as regularidades contrárias ao uso<sup>61</sup>.

A atitude de Oliveira é diferente, pois confronta as regras e as realizações. Oliveira não considera a analogia e anomalia procedimentos equivalentes, pois a língua é para ele, em primeiro lugar, um sistema de regularidades. A designação ‘natural’ – na expressão *declinatio naturalis* – que aplica às regras, interpreta-a de facto no sentido de que as regras correspondem mais à «natureza da língua»<sup>62</sup>. Também a derivação é para Oliveira menos arbitrária do que se poderia supor, pois deve ser conforme à melodia da língua (41). Vários casos de derivação seguem, aliás, determinadas «regras» ou «leis de formação» (41-42) e pertencem, por isso, no seu entender, à *declinação natural*; assim são em português a formação

dos diminutivos em *-inho*, a dos aumentativos em *-az* ou *-ão*, a dos *nomina agentis* em *-dor*. E até para procedimentos derivativos limitados, poder-se-iam admitir modelos gerais. Assim, a formação em *-eiro*, para nomes de «ofícios mecânicos» (*pedreiro, carpinteiro, sapateiro*), corresponde a uma regra geral, apesar dos contra-exemplos como *alfaiate* e *ferrador*; e o tipo *sapateiro-sapataria* é regular, apesar de *telheiro-telheira*. Também a inexistência de certas formas regulares – ou seja, a sua não realização no uso da língua – ganha nesta perspectiva um novo sentido. Esta inexistência pode ser simplesmente casual: pode corresponder a lacunas na realização do sistema; assim no caso dos advérbios em *-mente*, alguns dos quais (como *raramente, prestesmente*), diz Oliveira que estão em desuso ou não se usam mais.

Em outros casos, certas possibilidades podem não se apresentar como realizadas porque o seu lugar na norma da língua já está ocupado. Assim, segundo Oliveira, a formação em *-ção* de substantivos derivados de verbos (tipo: *orar-oração*) obedece a uma regra geral, mas essa regra não poderia ser aplicada a todos os verbos; não é, por exemplo, aplicável a *amar*, cujo substantivo correspondente é *amor* (42). Para Oliveira, estas regras da língua são válidas como regras mesmo quando, em alguns casos particulares, não se aplicam, pois a sua não aplicação não as anula. Consequentemente, podem ser consideradas válidas também para as formas virtuais que, no uso linguístico, não existem; e certas formas não ‘normais’ podem até ser consideradas como as linguisticamente correctas. Depois de ter formulado a regra dos gentílicos em *-ão* (como *africão, indião*) que, em geral, formam o plural em *-ãos* (apesar de contra-exemplos como: *alemão-alemães; bretão-bretões*), Oliveira observa que se diria também *romãos, italiãos, valenciãos*, se houvesse a forma singular correspondente<sup>63</sup> em *-ão* e formar-se-ia também o plural *castelãos*, de *castelão*, se este singular existisse («se o ouvesse no mundo») (45). Com argumentação semelhante, Oliveira considera *el-rei* (justamente a forma «normal» para designar o rei de Portugal) como forma não portuguesa: quando os espanhóis, ao imitarem os portugueses em lugar de *el-rei de Portugal* dizem *o rei de Portugal*, supondo que isto é ‘mais português’, não se enganam, pois realmente não é *el-rei* e sim *o rei* que corresponde à natureza da língua<sup>64</sup>.

6.0 Já na prática descritiva de Oliveira e na sua motivação, transparece, pois, uma concepção linguística notavelmente independente e coerente. Mas pronuncia-se também expressamente sobre os diversos problemas da teoria linguística geral e da teoria das línguas, e sempre com pontos de vista interessantes e, com frequência, muito originais. As suas teses teóricas mais importantes dizem respeito: a) à natureza da linguagem e das línguas; b) à mudança linguística; c) à variedade da língua histórica.

6.1.1 Para Oliveira, a linguagem, sendo característica das «almas racionais» (cf. nota 67), é um fenómeno espiritual; na sua realização, ela é, entretanto, determinada biologicamente pelas ‘leis do corpo’<sup>65</sup>; daí, talvez, o seu interesse pela fisiologia dos sons e até por hábitos de realização, como o ritmo da fala<sup>66</sup>.

6.1.2 A linguagem em geral, ou, melhor, a faculdade linguística – faculdade de falar e de entender – é considerada por Oliveira como um dom de Deus, isto é, como dada por natureza<sup>67</sup>. Uma língua determinada é, porém, obra humana («Os homens fazem a língua, e não a língua, os homens») e, por isso, a sua configuração depende do desenvolvimento cultural destes<sup>68</sup>. Nesse sentido, uma língua histórica é *usus*, instituição tradicional («costume»)<sup>69</sup> e as regras de uma língua são regras e leis do «costume», isto é, normas sociais e históricas<sup>70</sup>. Consequentemente, segundo Oliveira, a gramática é,

na sua essência, descritiva, não normativa; o seu objectivo é simplesmente registar o costume e não impor-lhe regras. Como tal, ela não implica nenhuma restrição à liberdade dos falantes mas também não pode ensinar nada novo àqueles que já dominam a língua<sup>71</sup>. A gramática [de uma língua nacional] deve, entretanto, registar o «bom costume», isto é, descrever a forma ‘exemplar’ desta língua, o que também Oliveira se propõe com a sua obra<sup>72</sup>. A língua padrão, entre cujas qualidades Oliveira inclui a clareza e a inteligibilidade geral, não é para ele a língua da Corte ou a da capital mas a língua dos que falam melhor. E estes são aqueles que se distinguem pela cultura e pela experiência de vida e que têm consciência da tradição<sup>73</sup>.

6.2 A mudança linguística, ao contrário de tantos outros teóricos do Renascimento, não é considerada por Oliveira como ‘corrupção’; encara-a, como Varrão e Dante, como algo natural da língua, isto é, algo intrínseco à sua essência. Referindo-se a Varrão, por um lado, explica-a como Dante<sup>74</sup>, de maneira geral, pela mutabilidade de tudo o que é humano, de todas as instituições humanas<sup>75</sup>; por outro, vai além desta explicação genérica e relaciona a mudança linguística com a função básica da língua: como expressão do pensamento e meio de comunicação, a língua muda adaptando-se às formas do pensar e às relações recíprocas («tratos») dos homens<sup>76</sup>.

6.3 Como Dante, mais de duzentos anos antes, e como o seu contemporâneo Bovillus, Oliveira assinala repetidamente a variedade, isto é, a diversificação interna da língua histórica. Nas suas considerações a esse respeito, Oliveira é, porém, mais completo que Dante e Bovillus e, sobretudo, muito mais preciso que este último<sup>77</sup>. Não se contenta em estabelecer diferenças diacrónicas e ‘diatópicas’ (diferenças no tempo e no espaço), mas acentua também, expressamente, a diversidade social do falar e da língua e chega mesmo a assinalar, pelo menos no âmbito do vocabulário, a existência de ‘línguas especiais’. «Cada um fala como quem é»<sup>78</sup>, «os homens falam do que fazem» e, por isso, os grupos e as camadas sociais não falam da mesma forma<sup>79</sup>.

Oliveira divide, por conseguinte, as suas *dições usadas* (cf. 3.1) em *gerais* (isto é, comuns a todos os falantes da língua) e *particulares*. Estas últimas variam de acordo com as regiões e os grupos sociais, pois, como cada região, também cada grupo social – cavaleiros, camponeses, cortesãos, clérigos, artesãos, comerciantes – têm as suas palavras especiais<sup>80</sup>.

7.0 Em conclusão, podemos afirmar, creio, que Oliveira merece um lugar de considerável destaque na história da linguística românica e na da linguística em geral. Ele é, depois de Nebrija, um dos gramáticos mais originais, em certo sentido o mais original, e, antes de Rhys e de G. Bartoli, o mais importante foneticista da Renascença na România. As suas ideias na lexicologia e naquilo que hoje se chama ‘sociolinguística’ são notáveis e a sua contribuição para o tratamento funcional das línguas na linguística descritiva é a de um grande precursor. Dada a originalidade das suas ideias, só podemos lamentar que ele não tenha chegado a escrever as outras obras (sobre a teoria gramatical, sobre o verbo e sobre a sintaxe oracional) que declara projectadas ou já começadas (Prefácio, 43, 46, 48, 49) e a que parece aludir várias vezes na sua gramática (35, 44, 47). Ou, se as escreveu, é pena não terem sido conservadas.

EUGENIO COSERIU

NOTAS

\* Tradução de *Sprache und Funktionalität bei Fernão de Oliveira (1536)*, levada a cabo por Maria Christina da Motta Maia, para a EDUFF, Editora Universitária, Niterói, R.J., 1991, e ligeiramente adaptada ao português continental.

Agadecemos à Prof.<sup>a</sup> Laura Cavalcante Padilha, Directora da EDUFF, a quem o Mestre eminente cedeu os direitos, esta extraordinária atenção.

<sup>1</sup> G. Gröber, embora geralmente muito bem informado, «Geschichte der romanischen Philologie», *Grundriss der romanischen Philologie* I<sup>2</sup> Estrasburgo, 1904-1906, cita o seu nome sem comentário (p. 34) e, além disto, incorrectamente (como «Francisco de Oliveira»); A. Varvaro, *Storia, problemi e metodi della linguistica romanza*, Nápoles, 1968, p. 28, menciona a sua obra entre outras gramáticas da Renascença, como sendo «calate negli schemi ereditati dalla tradizione grammaticale classica» e «fondate quasi esclusivamente sulla lingua letteraria e orientate in senso normativo», o que no caso da Gramática de Oliveira não se pode afirmar sem consideráveis restrições ou simplesmente não é aceitável.

<sup>2</sup> Assim, particularmente: I. S. Révah, «L'évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XVIe siècle à nos jours», *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro da língua falada no teatro*, Rio de Janeiro, 1958, pp. 387-399 (sobre Oliveira: pp. 393, 398), e «Comment et jusqu'à quel point les parlars brésiliens permettent-ils de reconstituer le système phonétique des parlars portugais des XVIe-XVIIe siècles?», *III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Actas*, I, Lisboa, 1959, pp. 273-291 (especialmente pp. 281, 286-289); J. Herculano de Carvalho, «Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas e e o em sílaba átona», *RPF*, 12, 1962, pp. 17-39 (especialmente pp. 5-10, 16). Cf. também: S. da Silva Neto, *História da língua portuguesa*, Rio de Janeiro, 1952-57, p. 482.

<sup>3</sup> A obra foi editada três vezes nos dois últimos séculos. Aqui utilizamos a edição de O. Guterres da Silveira, *A «Grammatica» de Fernão de Oliveyra*, Rio de Janeiro, 1954; os números entre parênteses referem-se aos capítulos considerados ou citados. Nas citações, abolimos as abreviaturas, destacamos os exemplos e os termos, acrescentamos sinais de pontuação e, quando necessário, os acentos.

<sup>4</sup> *Art. cit.*, pp. 19, 20.

<sup>5</sup> *Gramática castellana* [Arte de la lengua castellana], Salamanca, 1492.

<sup>6</sup> *Grammatica da lingua portuguesa*, Lisboa, 1540.

<sup>7</sup> Para várias das suas ideias e teses, Oliveira cita 'autoridades' entre os Antigos (especialmente Cícero, Varrão, Quintiliano), mas isto também não diminui a originalidade do seu pensamento: a originalidade, no Renascimento, também consiste em 'quais' ideias se adoptam dos Antigos, ou para 'quais' ideias se procura apoio nos Antigos (Nebrija, por exemplo, segue sobretudo Prisciano, Donato e Diomedes; Oliveira mostra certa simpatia por Varrão). E também, de uma maneira geral, não se pode avaliar a referência aos Antigos como mera imitação, o que infelizmente acontece com tanta frequência na história da linguística. A Antiguidade não representa uma concepção determinada, que se poderia adoptar como tal, mas sim um complexo mundo cultural.

<sup>8</sup> Compare-se, por exemplo, o caso de L. Meigret, na França, ou o de Gonzalo Correas, na Espanha.

<sup>9</sup> Compare-se também: «para saber todas estas cousas requiere-se ler e ver muyto; e ainda assi alcançaremos pouco, porque avemos de preguntar isto a cada tempo e terra e pessoa muito pello miudo» (31).

<sup>10</sup> Oliveira abandona o mosteiro dominicano de Évora no ano de 1532 e foge para Espanha, onde fica algum tempo. Supõe-se mesmo que ele tenha escrito a sua Gramática em Espanha, talvez em Toledo (assim, P. Galindo Romeo e L. Ortiz Muñoz na sua edição da *Gramática castellana*, Madrid, 1946, I, p. XL).

<sup>11</sup> A. Vanegas, *Tractado de orthographia y accentos en las tres lenguas principales*, Toledo, 1531; B. Busto, *Arte para aprender a leer y escribir perfectamente en romance y latin*, o. O., o. J./mas 1533; Fr. de Robles, «Reglas de ortografía», anexo ao seu trabalho *Copia accentuum omnium fere dictionum difficilium...*, Alcalá, 1533.

<sup>12</sup> A Espanha é, entre os países românicos, no séc. XVI e também no séc. XVII, a terra da fonética. É verdade que após o extraordinário Nebrija e até J. P. Bonet não há na Espanha, nesse domínio, personalidades do nível de um Rhys ou de um G. Bartoli. Na Espanha, entretanto, é muito vivo o interesse pela ortografia e pelo seu ensino e, com isso, pela fonética. As obras ortográficas são muito numerosas e os gramáticos espanhóis oferecem em geral descrições fónicas muito cuidadosas e valiosas indicações, por exemplo, sobre as diferenças regionais na pronúncia do espanhol e descrições fónicas surpreendentemente exactas para as diferentes línguas estrangeiras (em particular para línguas indígenas da América).

<sup>13</sup> *Reglas de orthographia de la lengua castellana*, Alcalá, 1517.

<sup>14</sup> Já em Enrique de Villena, *Arte de Trovar*, 1433, aparecem algumas observações muito interessantes sobre a fonética; cf. La Viñaza, *Biblioteca histórica de la filología castellana*, Madrid, 1893, pp. 387-391.

<sup>15</sup> Cf. La Viñaza, *op. cit.*, pp. 552-553 (sobre Vanegas), 413-421 (sobre Busto), 553-555 (sobre Robles).

<sup>16</sup> Nebrija descreve, ainda que muito brevemente, na sua Gramática (I, 4), a pronúncia do latim, mas não propriamente a do espanhol, como tal, que ele prefere ilustrar através de exemplos; o mesmo vale para a sua Ortografia.

<sup>17</sup> É esta a chamada 'não distinção', ou confusão de letras e sons que tem sido com tanta frequência, mas, salvo casos isolados, tão injustamente censurada pela linguística anterior. Na realidade, não se trata de uma 'não distinção' nem de uma confusão mas de um nível

de abstracção mais alto: *littera* é, a rigor, na linguística mais antiga a unidade fónica, na medida em que pode ser representada por uma letra e, ao contrário, a unidade gráfica, na medida em que corresponde a uma determinada unidade fónica de uma língua, quer dizer, um conceito universal para som + letra (ou seja, fonema + grafema). Se algo na linguística moderna corresponde, até determinado ponto, ao conceito antigo da *littera*, isto não é o nosso conceito de ‘letra’ (ou ‘grafema’), mas o conceito de *cenema* de Hjelmslev.

<sup>18</sup> Cf. D. Abercrombie, «What is a ‘letter’», *Lingua* 2, 1949, agora em: D. A., *Studies in Phonetics and Linguistics*, Londres, 1965, pp. 76-85.

<sup>19</sup> Assim, Nebrija distingue *figura* e *voz* (ou *pronunciación*); para a função da *figura* em relação com a pronúncia, ele emprega *fuerza* ou *oficio* (cf. em Oliveira: *força*, *virtude*).

<sup>20</sup> Estes termos relacionam-se muito provavelmente com o facto de Oliveira interpretar a oposição fechado/aberto muito mais como breve/longo (compare-se 27). Barros, que emprega os mesmos termos, naturalmente segue nisto Oliveira – contrariamente à opinião de M. Carvalhão Buescu na sua edição de João de Barros, *Gramática da língua portuguesa*, Lisboa, 1971, pp. LXI-LXII – e não gramáticos italianos nem uma pretensa terminologia italiana, que simplesmente nesta forma não existia. Entre os primeiros gramáticos italianos, G. F. Fortunio, *Regole grammaticali della volgar lingua*, Ancona, 1516 e P. Bembo, *Prose della volgar lingua*, Veneza, 1525, não tratam a fonética como tal, de forma alguma. G. G. Trissino, *Epistola de le lettere nuvvamente aggiunte ne la lingua italiana*, Roma, 1524, não distingue as vogais *e-* e *o-* como ‘grande’ e ‘pequena’ mas como ‘aberta’ e ‘fechada’ e emprega para a sua representação  $\epsilon$  -*e*,  $\omega$  -*o* (cf. p. X «Le lettere adunque, che io primieramente aggiunsi a l’alfabeto latino, furono  $\epsilon$  aperto, ed  $\omega$  aperto»). Em trabalhos posteriores (*Dubbii grammaticali*; *Grammaticetta*: ambos Vicenza, 1529), Trissino emprega os termos *chiaro*, *et acuto* / *grave*, *et ottuso*. A expressão *grande* emprega-a em relação ao grafema  $\omega$ , ao dizer que «l’ $\omega$  grande de i Greci», que ele usou primeiro para o *o* *chiaro*, *et acuto* (isto é, /  $\supset$  /), empregá-la-á, de agora em diante, para o *o* *grave*, *et ottuso* (isto é, /  $\circ$  /): trata-se pois simplesmente do velho e conhecido nome grego da letra  $\omega$ . A sugestão de Tolomei de usar as letras maiúsculas E, O para /  $\epsilon$  / e /  $\omega$  / também não é terminológica e não tem nada a ver com os nomes escolhidos por Oliveira, pois esta sugestão não era conhecida nesta época. O uso de E, O com esta função aparece primeiro em G. A. Gilio, *Dialoghi*, Camerino, 1564, e que este uso correspondia a uma sugestão de Tolomei só se soube por G. Ruscelli, *Commentario della lingua italiana*, Veneza, 1581 (isto é, 28 e respectivamente 45 anos depois de se ter publicado a Gramática de Oliveira). Veja-se sobre isto L. Kukenheim, *Contributions à l’histoire de la grammaire italienne, espagnole et française à l’époque de la Renaissance*, Amsterdam, 1932, pp. 37-38. Os termos que Tolomei emprega nos seus escritos sobre fonética, não publicados, também não são *grande* e *piccolo* mas *chiaro* e *fosco*. João de Barros que – mais uma vez contrariamente à opinião da sua condescendente editora – copia tão evidentemente e sem escrúpulos Nebrija, tomando deste ao pé da letra também numerosos exemplos e até exemplos de autores espanhóis, sem contudo mencioná-lo nem uma única vez, deve, em princípio, ser tomado em todo caso como suspeito. Ele segue Nebrija e ocasionalmente, como neste caso, Oliveira; mas é incoerente e acrítico e muitas vezes simplesmente não entende os seus modelos. Depois de ter diferenciado, na primeira parte da sua Gramática, como Nebrija e Oliveira, *figura* e *potestas* (*figura* e *poder*), ele volta a confundir várias vezes os dois conceitos: assim, escreve que o português possui 23 «letras em poder e trinta e quatro em figura» (edição de Carvalhão Buescu, p. 296), com o que quer dizer exactamente o contrário e, na parte sobre ortografia (*ibid.* p. 370), ele fala de 26 «poderes», número que toma evidentemente de Nebrija, *Gram. cast.*, I, 5, 2, e que em Nebrija é, aliás, correcto, mas naturalmente para o espanhol e não para o português. Também não há nada na Gramática de Barros que indique uma influência italiana. Ao contrário, uma influência de gramáticos italianos em Oliveira (e, para isso, tanto temporalmente quanto pelo uso de  $\epsilon$  ou  $\omega$  só poderia vir ao caso Trissino) é possível, mas, naturalmente, não no que diz respeito aos termos ‘grande’ e ‘pequeno’; esta influência porém não é demonstrável. Aliás, Oliveira só teve contacto directo com o meio cultural italiano depois da publicação da sua gramática, precisamente em 1540, quando empreendeu uma viagem à Itália.

<sup>21</sup> Oliveira queria até marcar as vogais nasais sempre com o til e desistir de grafias como **am**, **an**, **em**, **en**, etc., porque nestes casos não se ouve elemento consonântico, mas só um ‘til’: «e eu digo que [o til] é neçessareo todas as vezes que despoys de vogal em hũa mesma syllaba escrevemos **m** ou **n**» (14); «o qual [til] cõ a boca e beiços muy soltos tambẽ soa na mesma forma em todas as syllabas em cujos cabos nos escrevemos **m** ou **n**, errando cõ o costume, porque as letras mudas, de cujo numero são **m** e **n**, ãtre nos nũca dão fim a dição alghũa nẽ syllaba; e isto a esperiençia e propriedade das nossas vozes no-lo ensinão; e por tanto não escreveremos **ensinar** com **n** na primeira syllaba nem **embargar** cõ **m** a imitação dos latinos, poys nos taes lugares antre nos não sentimos essas letras mas nessas e outras muitas partes escrevamos til» (19). Com efeito, ele aplica muito frequen-temente este princípio no texto de sua gramática, escrevendo nos casos citados, **ã**, **ẽ**, **õ**, etc., ainda que não com plena coerência.

<sup>22</sup> As vogais nasais do francês, surgidas provavelmente já no séc. XV, são apresentadas durante longo tempo em gramáticas e livros de ortografia como *nexus* de vogal + consoante nasal. Somente L. Chiflet, *Essay d’une parfaite grammaire de la langue françoise*, Antuérpia, 1659, e mesmo ele só acidentalmente, as considera como *de vrayes voyelles* e ainda mais tarde estas vogais são ‘descobertas’ expressamente como sons vocálicos simples por Dangeau [L. de Courcillon]. *Essais de grammaire*, Paris, 1694. Cf. M. Ekman, *Opusculæ sur grammaire par l’Abbé de Dangeau*, Uppsala, 1927, particularmente pp. 203-207.

<sup>23</sup> «Os ditõgos que eu achev antre nos portugueses são estes: **ae** como **tomae**, **ãe** como **pães**, **ao** como **pao**, **ão** como **pão**, **ãy** como **mãys**, **ei** como **tomei**, **eo** como **çeo**..., **eu** como **meu**, **io** como **fugio**, **oe** como **soe**, **oi** como **caracois**, **õe** como **põe**..., **ou** como **dou**, **ui** como **fuy**» (19).

<sup>24</sup> «E nos... sentimos cõ as orelhas que soa ali hũ til sobre ambas as letras vogaes do ditongo: como **escrivão**, **escrivães**» (19).

<sup>25</sup> «As letras consoantes aspiradas que são **ch**, **lh**, **nh** não tem propria figura ainda ategora... mas que seria se dissessemos não aver antre nos aspiração?... das cōsoates eu diria que sem aspiração faze alghúa mudança cujo sinal é aquella figura de letra **h** que Ihe mesturamos» (16).

<sup>26</sup> As consoantes italianas (toscanas) só são descritas detalhadamente por G. Bartoli, *Degli elementi del parlar toscano*, Florença, 1584. A descrição do galês Sion Dafydd Rhys [ingl. John David Rhose ou Rhese; lat. Rhoesus], *Perutilis exteris nationibus de Italica pronunciatione, et orthographia libellus*, Pádua, 1569, é, sem dúvida, na maioria das vezes muito precisa e, do ponto de vista prático, quase sempre excelente; mas é feita com sentido contrastivo, isto é, através da comparação com outras línguas (inglês, alemão, francês, espanhol, português, polaco, galês) e leva em conta a articulação do italiano sobretudo quando esta diverge da das outras línguas. Na Espanha, encontra-se uma descrição sistemática comparável à de Oliveira só em J. P. Bonet. *Reducción de las letras y arte para enseñar a ablar los mudos*, Madrid, 1620; na França, é preciso esperar até Cordemoy (1668) e Dangeau (1694).

<sup>27</sup> Com isso, Oliveira chega a 32 ou 33 letras do português (6, 10, 14). A oscilação advém do facto de ele não estar totalmente seguro em relação ao *status* de **q** e mais ainda do **y**. As vogais nasais não as adopta como tais no seu alfabeto, limitando-se a adoptar o til como sinal complementar.

<sup>28</sup> «A pronúnciação do **g** é como a do **c**, cō menos força do spirito»; «A força ou virtude do **p** é a mesma que a do **b**, se não que traz mays espirito»; «O **ss** dobrado pronúcia-sse como o outro pregãdo mais a lingua no çeo da boca»; «O **t** tê a mesma virtude do **d**, com mays espirito todavia tira o **t** pera fora» (13); «**ç** tê a mesma pronúnciação que **z**, se não que aperta mais a lingoa nos dêtes»; «**j** cōsoante... a sua pronúnciação é semelhante à do **xi** cō menos força e esta mesma virtude damos ao **q** quando se segue despoys d'elle e ou **i**»; «A força de **v** consoante é como a do **f**, mas cō menos espirito» (14); «antre as consoantes **b** e **p** são muito semelhantes, e **c** com **g** tem muita vezinhença, e **d** com **t**; **f** com **v**,... **ç** com **z**, e **s** com **ss**, **j** e **x** també» (18).

<sup>29</sup> Na Itália, a correlação de sonoridade (se bem que não como tal – cf. nota 30) para **p/b**, **t/d**, **k/g**, **c/g**, **f/v**, **s/z**, **ts/dz** só é estabelecida inequivocamente por Bartoli. Na França, a mesma correlação é considerada por Bovillus (Ch. Bovelles), *Liber de differentia vulgarium linguarum et Gallici sermonis varietate*, Paris, 1533, até como base da configuração do sistema consonântico: dever-se-ia aceitá-la para todas as consoantes, pois todas as consoantes se poderiam classificar como *molles* ou como *duriores* (Cap. 26); entretanto as oposições que Bovillus estabelece só são correctas parcialmente – assim, por exemplo, **B** é *mollis* frente a **P**, mas *dura* frente a **V** (Cap. 27); no seu quadro geral, **F** aparece como *mollis* de **V**; e **M** como *mollis* de **N** e diversas consoantes aparecem no mesmo quadro simultaneamente como *molles* e *duriores*. Mais coerente e preciso, ainda que não totalmente unívoco, é neste ponto Théodore de Bèze, *De Francicae linguae recta pronuntiatione*, Genebra, 1584. Mais precisas ainda são as indicações de G. de Cordemoy. *Discours physique de la parole*, Paris, 1668 (pelo menos para **p/b**, **k/g**, **f/v**); precisa-se, entretanto, esperar até Dangeau para que se encontrem, para o francês, exposições tão exactas e inequívocas como as de Oliveira.

<sup>30</sup> Isto, aliás, é geral na România da Renascença e mesmo até mais tarde. A mesma interpretação encontra-se, por exemplo, em Bovillus, Rhys, Th. de Bèze e G. Bartoli (que distingue *suoni rimessi* e *suoni intensi*; *op. cit.* p. 23). Só muito tarde a sonoridade é identificada como tal. É verdade que J. P. Bonet a percebe intuitivamente e a assinala de maneira mais ou menos clara (por exemplo para **d**, **g**, **m**, **n**); cf. T. Navarro Tomas, «Doctrina fonética de Juan Pablo Bonet (1620)», *RFE*, 7, 1920, pp. 150-177. As observações e descrições de Bonet não tiveram, porém, neste aspecto, nenhuma repercussão sobre o desenvolvimento ulterior da fonética nos países românicos. Cordemoy, Dangeau e todo o século XVIII francês permanecem fiéis à oposição *forte-fraco* (em Dangeau, por exemplo, as consoantes surdas encontram-se classificadas como *fortes* e, como *flaibles*, as sonoras; assim também em Duclos, nas suas *Remarques à la Grammaire Générale*, 1754, e em Boulliette, *Traité des sons de la langue française*, 1760).

<sup>31</sup> Também Bovillus adopta para **r/l** uma oposição *durior-mollis* (*op. cit.*, cap. 35). E, estranhamente, também G. Bartoli tende a supor a mesma oposição para **r/l** do italiano, sem se decidir de forma inequívoca. Depois de descrever o **r** italiano, Bartoli escreve: «il suo rimesso pare che sia lo L bêche lo R si diversifica piú da lo L; che gli altri intensi da i loro rimessi; essendo che lo R ripercuote cō reiteramêto tremulo il medesimo luogo, il che non fa lo L» (*op. cit.*, p. 37).

<sup>32</sup> *Gram. cast.* 1, 9.

<sup>33</sup> Compare-se o que Nebrija, *Gram. cast.*, 1, 9, 5, diz das *diciones* (ou *palabras*) *peregrinas*, nas quais podem ocorrer combinações consonânticas, que em outros casos não seriam permitidas em espanhol.

<sup>34</sup> A Gramática de João de Barros, publicada quatro anos mais tarde, não trata das assimilações e quando as menciona acidentalmente (ed. de Carvalho Buescu, pp. 382-383) interpreta-as em sentido erróneo. Também a acentuação não é considerada por Barros.

<sup>35</sup> Os exemplos que Oliveira dá para as oposições **e-□**, **o-□** (festo-f□sta, ferroso-ferm□sos) poderiam sem dúvida ser interpretados como casos de variação condicionada pelo contexto, se no contexto fônico se incluíssem as vogais finais ou o **-s** final. O seu critério vale, porém, também para essas oposições (ainda que, naturalmente, não com respeito à quantidade que ele supõe), dado que em português há inúmeros casos – e também pares mínimos do tipo peso-peso, porto-pørto – nos quais elas não podem ser interpretadas como condicionadas pelo contexto.

<sup>36</sup> «Não pareça a alguém que nos confundimos **i** pequeno cō e pequeno, nem **o** pequeno com **u** pequeno; porque ellas não são diversas vozes e tam pouco não temos ahi neçessidade de diversas letras; mas é desta maneira que antre **i**, que é letra delgada, aguda e viva, e antre □ grande, soa na nossa lingua húa outra voz mais escura, e não mais que húa; e a este chamamos e pequeno, o qual em húas

partes soa mays e em outras menos, como fazem as outras vogaes; e õde soa mais podemos dizer que é mais vezinho do e grande, onde também menos soa, será isso mesmo mays vezinho de i; mas não por isso dizemos que são duas letras, porque não muda a voz se não por respeito das consoantes mais ou menos; ou por qualquer outra vezinhêça de letras que se cõ elle ajütão, gasta mais ou menos tempo e aparece mais ou menos a sua voz, como *escreveste – memorea*: mais soa e pequeno na penúltima de *escreveste* que de *memorea*» (27).

<sup>37</sup> *De lingua Latina*, V, 6 e V, 10.

<sup>38</sup> Compare-se a distinção de Varrão entre *verba nostra* e *verba aliena* (*De lingua Lat.*, V, 10).

<sup>39</sup> «Dições comũs chamamos aquellas que em muitas linguas servem igualmente e o tempo em que mudarão d’hũa lingoa para outra fica tão lõge de nos que não podemos facilmente saber de qual para qual lingua se mudarão, porque assi as podião tomar as outras linguas da nossa como a nossa dellas» (33). Entre estas palavras, Oliveira inclui, no caso do português, também arabismos evidentes como *alfaiate*, *almoxarife*, e até palavras herdadas do latim (cf. 1 3).

<sup>40</sup> «As dições velhas são as que forão usadas mas agora são esquecidas ... e não somete de tão tẽpo, mas tãbẽ antes de nos hũ pouco nossos pays tinham alghũas palavras que ja não são agora ouvidas, como *cõpẽgar*, que queria dizer comer o pã cõ a outra viada, e *nemichalda*, o qual tanto valia como agora *nemigalha*» (36).

<sup>41</sup> «As dições usadas são estas que nos servem a cada porta (como dizẽ). estas, digo, que todos falão e entendẽ, as quaes são proprias do nosso tẽpo e terra, e quẽ não usa dellas é desentoadado, fora do tom e musica dos nossos homẽs d’agora» (38).

<sup>42</sup> [*As dições tiradas*] «tẽ muita parte assi na cousa como na voz; e, a meu ver, não digamos que foy isto defeito de não acharẽ vocabolos, mas é cõforme a boa rezão que aja e se guarde a semelhãça das cousas nas vozes e assi são mais claras e dizẽ melhor seus significados, porque a diversidade das vozes mostra aver diversidade nas cousas e tabẽ a semelhãça por cõseguite das vozes faz entẽder que as cousas não são diferẽtes» (39).

<sup>43</sup> Comparem-se as definições de Nebrija, *Gram. cast.*, II, 6, 1: «Senzillo nombre se llama aquel que no se compone de partes que signifiquen aquello que significa el entero», «Compuesto nombre es aquel que se compone de partes las cuales significan aquello mismo que significa el entero».

<sup>44</sup> «As dições apartadas ... são aquellas cujas partes não podẽ ser dições inteiras» (34). «As dições juntas, a que os latinos chamão cõpostas, são [aquellas] cujas partes apartadas sinificão ou podẽ sinificar e são dições por si ou partes d’outras dições ẽ que premeiro servião e donde tẽ seu primeiro e proprio naçimeto... ou as dições jũtas são aquellas ẽ que se ajuntão diversas dições ou suas partes fazẽdo hũaso dição» (35)

<sup>45</sup> Oliveira pensa de facto que um composto poderia ser constituído também por mais de dois elementos: «As dições juntas as vezes se ajuntão de duas partes e as vezes de mais; de duas pella mayor parte, como *empedir*, *encolher*; d’mais como *desempedir*, *desencolher*; e as mais não serão mais que tres como aqui são: *des*, e *em*, e *pedir* ou *colher*» (35).

<sup>46</sup> «E ẽ *refazer* se ajütão *re* e mais *fazer*; e em *desfazer des* e mais *fazer*; e posto que cada hũa destas partes não sinifique apartada por si, como *re* e *des*, que apartadas não dizẽ cousa alghũa, abasta que hũa qualquer das partes de cõposição possa sinificar como aqui sinifica *fazer*» (35).

<sup>47</sup> «Alghũas partes ou vozes temos na nossa lingua, as quaes são partes por si, mas não sinificão cousa alghũa. e por tão não lhe chamaremos partes da oração ou da lingua, como são o nome, e verbo, e outras; mas todavia fazẽ ajütameto ou composição, porque de seu naçimeto ellas são apartadas, mas tẽ por offiço servir sempre em ajütameto e nũca as achamos fora delle; e são estas as partes *re*, *es* e *des*» (35).

<sup>48</sup> «e cõ tudo pera mais abastança se se achar alghũa dição junta cujas partes apartadas nenhũa dellas por si sinifique» (35).

— <sup>49</sup> «esta parte *re* no ajütameto tem virtude de acreçẽtar; e estoura *des* tem virtude de desfazer ou diminuir ou fazer o contrário; e ... esta parte *com* sinifica muitas vezes cõpanhia, cujo exẽplo seja *conchegar* e *conjuntar*» (35).

<sup>50</sup> Daí, e – exceptuando a influência de Nebrija – na maioria dos casos certamente não como consequência de relações directas, as muitas coincidências entre Oliveira e outros gramáticos da Renascença que, como ele, procuram libertar-se do modelo da gramática latina. Já L. B. Alberti, na sua *Gramática* escrita por volta de 1450 (mas que só chegou manuscrita ao nosso século), não admite o neutro no italiano e regista a declinação de casos somente para alguns pronomes (cf. L. B. Alberti, *La prima grammatica della lingua volgare*, a cura di C. Grayson, Bolonha, 1964, pp. 40, 46). Fortunio, Bembo e Trissino também não registam o neutro.

Fortunio não fala de casos para o substantivo, só para o pronome. O artigo – exceptuando Alberti que durante tanto tempo ficou desconhecido – é considerado pela primeira vez como parte autónoma do discurso por Nebrija; na Itália, reconhece-o como tal Trissino (1529); para o francês, Palsgrave (1530). Em comparação com os melhores entre os primeiros gramáticos da Renascença, percebe-se em muitos dos mais tardios – tanto no séc. XVII como no séc. XVIII – não, como se poderia supor, um progresso mas um retrocesso e um regresso aos moldes latinos. Para isso contribui também a *Grammaire Générale* – apesar dos seus às vezes excelentes enfoques funcionais – com a sua falsamente compreendida ‘generalidade’.

<sup>51</sup> «Porque aqui não falamos se não das formas ou figuras das vozes ou dições» (43): «porque do intento desta parte da grammatica que agora tratamos não he mais que só dar notiça das vozes, e não difinções ou determinadas declarações das cousas» (44).

<sup>52</sup> Também deste ponto de vista, João de Barros representa um retrocesso face a Oliveira, pois admite para o substantivo do português os seis casos do latim.

<sup>53</sup> Esta estranha distinção entre ‘marcas de casos’ e ‘preposição + artigo’ é característica de quase toda a gramática românica até ao séc. XVIII e em parte até ao séc. XIX e é motivo de uma longa série de dificuldades.

<sup>54</sup> Compare-se Nebrija, *Gram. cast.*, III, 6, 4: «Declinacion del nombre no tiene la lengua cas-telhana, salvo del numero de uno al numero de muchos, pero la significacion delos casos distingue por preposiciones. Assi que puedense reduzir todos los nombres a tres formas de declinacion».

<sup>55</sup> «Os outros nomes que fazem o plural em *ãos*, como *cidadãos*, *cortesãos*, assi teverão sempre o seu singular acabado ã *ão*, como agora tẽ: *cidadão*, *cortesão*; estes guardão sua antiguidade em tudo, e aquelloutros só no plural»(45).

<sup>56</sup> Cf., no mesmo sentido, para o espanhol, Nebrija, *Gram. cast.*, III, 10, 9. Neste caso, João de Barros não segue ‘o sistema inaugurado por Trissino’ (que, aliás, não foi quem o inaugurou), como supõe Carvalhão Buescu, *op. cit.* p. 331, mas outra vez só Nebrija e Oliveira.

<sup>57</sup> Para essa distinção, cf. o nosso estudo *Sistema, norma y habla*, Montevideo, 1952, agora incluído em *Teoria del lenguaje y lingüística general*<sup>3</sup>, Madrid, 1973.

<sup>58</sup> *De ling. Lat.*, VIII, 21-22: «Declinationum genera sunt duo, voluntarium et naturale; voluntarium est, quo ut cuiusque tulit voluntas declinavit... Contra naturalem declinationem dico, quae non a singulorum oritur voluntate, sed a communi consensu».

<sup>59</sup> O próprio Varrão apresenta aliás a analogia e a anomalia como em certo sentido correspondentes às suas duas declinações: na *declinatio voluntaria* encontra-se sobretudo a anomalia e na *declinatio naturalis*, a analogia (*De ling. Lat.*, VIII, 23).

<sup>60</sup> No português actual, *sarnento* e *poento* são, porém, inteiramente correntes.

<sup>61</sup> *De ling. Lat.*, VIII, 33ff, 54, 55, 60.

<sup>62</sup> «As quaes [regras], porque aqui são mais gerais e comprehendem mais. chamamos-lhe naturaes; e de feito parecẽ ser mais proprias e consoãtes a natureza da lingua» (42).

<sup>63</sup> «e se fosse em costume tambem diriamos *Romão-Romãos*, *Italião-Italiãos*, *Valençião-Valençãos*» (45). Isto não acontece porque as formas ‘normais’ do singular são, em português nestes casos, *romano*, *italiano*, *valenciano* (hoje, aliás, também *africano*, *indiano* e não as formas dadas por Oliveira *africão*, *indião*).

<sup>64</sup> «para que seja *o rey* mais nosso dizer que *el-rey*, ajuda-me muito o natural da nossa lingua, o qual imitão os castelhanos quando nos querem arremedar dizẽdo ‘Manda o rey de Portugal’, e não dizẽ ‘Manda el-rey de Portugal’, que a elles era mais próprio dizer, mas isto fazem, cuidãdo que assi falão mais português; e de feito não se enganão» (43).

<sup>65</sup> «Porẽ não é tã espiritual a lingua que não seja obrigada às leys do corpo» (1). O corpo é, por sua vez, condicionado pelo ambiente («as condições do çeo e terra»). É a esse condicionamento biológico e indiretamente ecológico que Oliveira queria reduzir as diferenças entre as línguas, no domínio fónico (*ibid.*).

<sup>66</sup> Cf. as suas afirmações a respeito do ritmo da fala em português (que, contudo, já não valem para o português europeu actual): «e outras nações cortão vozes apressando-sse mays em seu falar, mas nos falamos com grande repouso como homens assentados» (1). Cf. também a sua observação sobre a maneira de falar dos espanhóis e dos portugueses (7).

<sup>67</sup> «esta [capacidade linguística] só é hũ meyo que Deus quis dar as almas raçãoaes para se poderẽ comunicar antre si e com o qual, sendo spirituaes, são sentidas dos corpos» (1).

<sup>68</sup> «E não desconfiemos da nossa lingua porque os homẽs fazem a lingua, e não a lingoa os homẽs. E é manifesto que as linguas Grega e Latina primeiro forão grosseiras e os homẽs as poserão na perfeição que agora tem» (4).

<sup>69</sup> Este conceito, com referência à língua, aparece na gramática de Oliveira, várias vezes.

<sup>70</sup> «As regras ou leys que digo são como disse anotações do bõ costume» (42).

<sup>71</sup> «ca esta arte de grammatica em todas as suas partes, e muito mais nesta da analogia, é resguardo e anotação d’esse costume e uso, tomada depois que os homẽs soberão falar, e não lei posta que os tire da boa liberdade quando é bẽ regida e ordenada por seu saber; nẽ é divindade mãdada do çeo que nos possa de novo ensinar o que já temos e é nosso» (41).

<sup>72</sup> «eu não presumo ensinar aos que mays sabem, mas notarey o seu bõ costume» (Prefácio). Compare-se também a citação na nota 70.

<sup>73</sup> «a primeira e principal virtude da lingua é ser clara e que a possão todos entender, e pera ser bem entẽdida ha de ser a mais acostumada antre os milhores della; e os milhores da lingua são os que mais lerão e virão, e viverão continoando mais antre primores, sisudos e assentados e não amigos de muita mudança» (38).

<sup>74</sup> Cf. *De vulgari eloquentia*, I, 9, 6: «[Cum] homo sit instabilissimum atque variabilissimum animal, nec durabilis nec continua esse potest [loquela], sed sicut alia quae nostra sunt, puta mores et habitus, per locorum temporumque distantias variari oportet».

<sup>75</sup> «porque tãbe o falar tem seu movimẽto, diz Marco Varrão, e muda-se quando e como quer o costume» (45).

<sup>76</sup> «e muy poucas [são] as cousas que durão por todas ou muitas idades em hũ estado, quanto mais as falas que sempre se conformão cõ os conceitos ou entenderes, juyzos e tratos dos homẽs; e esses homẽs entendem, julgão e tratão por diversas vias e muytas, as vezes segundo quer a necessidade e as vezes segundo pedem as inclinações naturaes» (36).

<sup>77</sup> A originalidade e a precisão dessas observações de Oliveira foram justamente ressaltadas por S. da Silva Neto, *op. cit.* pp. 489-491. Dante (*De vulgari eloquentia*, I, 9, 4 e I, 9, 7) limita-se nas suas observações – aliás, muito perspicazes – às diferenciações espacial e temporal da língua, e Bovillus (*op. cit.*, caps. 16 e 48-49), apesar do título da sua obra, só se refere à variedade espacial e não separa a diferenciação interna da língua histórica da variedade das línguas em um dado espaço: a sua *varietas Gallici sermonis* é para ele não só uma diferenciação do francês mas ao mesmo tempo a diversidade das línguas faladas na França.

<sup>78</sup> «Cada hũ fala como quẽ é» (1).

<sup>79</sup> «os homens falam do que fazem, e por tanto os aldeãos não sabem as falas da corte, e os çapateiros não são entendidos na arte de marear nem os lavradores d'Antre Douro e Minho entendem as novas vozes que est'ano vierão de Tunez com suas gorras» (32).

<sup>80</sup> «e porê de todas ellas [são consideradas as *dições usadas*], ou são 'geraes' a todos, como *Deos, pão, vinho, çeo, e terra*, ou são 'particulares'. E esta particularidade ou se faz entre officios e pratos, como os cavaleiros que têm hús vocabolos, e os lavradores outros, e os cortesãos outros, e os religiosos outros, e os mecanicos outros, e os mercadores outros; ou também se faz em terras esta particularidade, porque os da Beira tem hús falas e os d'Alentejo outras e os homens da Estremadura são diferentes dos d'Antre Douro e Minho, porque, assi como os tempos, assi também as terras crião diversas condições e côceitos» (38).

## C)

# A NOSSA EDIÇÃO

## 1. A GRAMÁTICA E A ECDÓTICA

### 1.1 Edições e suas vicissitudes

A *Gramática da Linguagem Portuguesa* saiu dos prelos, até hoje, cinco vezes, não contando as duas edições fac-similadas da Biblioteca Nacional, de 1981 e 1988, com base na *princeps*.

a) *Grammatica da lingoagem portuguesa*, Lisboa, Germão Galharde, 1536: vol. de 185 × 135mm., e 38 fols., título do rosto cercado de uma tarja zoofitomorficamente não simétrica dos lados, sobrepunhando outra com o nome do impressor e encimado pelas armas dos Almadás, que tarja similar superior enquadra;

b) *Grammatica da linguagem portugueza* por Fernão de Oliveira, segunda edição, conforme a de 1536, publicada por diligências e trabalho do Visconde de Azevedo e Tito de Noronha, Porto, Imp. Portugueza, 1871: in-8° de 2+IV+120+VIII pp.;

c) *Grammatica da lingoagem portuguesa* por Fernão de Oliveira, 3.<sup>a</sup> edição feita de harmonia com a original (1536) sob a direcção de Rodrigo de Sá Nogueira, seguida de um estudo e de um glossário de Aníbal Ferreira Henriques, Lisboa, edição esta de José Fernandes Júnior, 1933: in-8° de 142+(2) pp. [na capa tem a data de 1936].

d) *A 'Grammatica' de Fernão d'Oliveyra*, texto reproduzido do da 1.<sup>a</sup> edição e apreciação de Olmar Guterres da Silveira, Rio de Janeiro, Jornal do Commercio – Rodrigues & C.<sup>a</sup>, 1954: in-8° de 17 pp.+38 fólhos+(2) pp.

e) *A Gramática da linguagem portuguesa* de Fernão de Oliveira, introdução, leitura actualizada e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, INCM, 1975: in-8º de 146+(2) pp.

Nenhuma destas iniciativas editoriais está isenta de erros, inclusive a de 1536. Sobreleva as demais em falhas e imperfeições a de 1871. No prefácio anotaram o Visconde de Azevedo e Tito de Noronha: «Julgâmos que com esta segunda edição que publicâmos agora da obra do nosso illustre grammatico do seculo XVI, algum serviço prestâmos aos amadores e respeitadores da lingua vernacula, e que não só desejem bem conhecel-a, mas até mesmo ter noticia dos elementos antigos com que ella se foi compondo e aperfeiçoando». Sem dúvida que merece o nosso agradecimento este gesto serviçal decorridos 335 anos de olvido, até pela ponderosa razão da quase inacessível consulta do único exemplar primevo, guardado a sete chaves na Biblioteca Nacional sob a cota **Res. 274V**, felizmente multiplicado em fac-símile desde 1981. Todavia, essa edição portuense beneficiará sobretudo os *amadores e respeitadores* passivos do idioma. Os activos, ao enfronharem-se na investigação, sujeitam-se não raro a ser ludibriados.

Conhecedor destes defeitos, lança-se Rodrigo de Sá Nogueira em novo empreendimento. Aníbal Ferreira Henriques, seu colaborador, entremostra-se aliviado ao informar, numa espécie de posfácio de 29 pp., que «d'esta reedição [do Porto] se tirou um pequeno numero de exemplares, que não foram postos no mercado, mas foram destinados a brindes dos editores a um limitado numero de amigos». E justifica-se qualificando o texto de «muitissimo pouco fiel» por causa de «omissões de vocabulos, troca de outros e alterações de pontuação», do que, de seguida, apresenta quatro páginas exemplificativas. De facto, a edição de Sá Nogueira supera consideravelmente a anterior; mas naturalmente os três anos que medeiam entre a data do rosto (1933) e a da capa (1936) não se aproveitaram grandemente em revisões. Um contributo notório é, porém, de destacar, qual o do glossário em forma ocorrencial, não obstante as múltiplas deficiências.

No Brasil, Olmar Guterres da Silveira publica em 1954, bastante apurada e superior às duas precedentes, uma quarta edição, das mais dignas de fé e amiúde utilizada pelos estudiosos. Os senões são poucos, como se verifica adiante, na nossa edição crítica. No entanto, atente-se em que estamos em presença de edições tipográficas de cópia ou fac-símile e não de edições críticas nem fac-similadas.

Na única em linguagem actualizada, saída em 1975 em Lisboa, esmerou-se Maria Leonor Carvalho Buescu, com louvável «intenção divulgativa da colecção em que se insere», como explica na *Introdução*. Cônscia, porém, das limitações inerentes, acrescenta linhas abaixo: «A presente edição, longe de ser definitiva e exhaustiva, não exclui, portanto, antes chama a atenção para a necessidade de, futuramente, se proceder a uma edição crítica, acompanhada do respectivo texto fac-similado».

Obedecemos aqui a tal sugestão, procurando até complementá-la com o texto semidiplomático e alargando desta feita o seu interesse desde o campo da língua, da filologia e da linguística, ao da cultura em geral e ao da história das mentalidades.

## 1.2 Siglas e colação textual

Das sete edições existentes, em acepção genérica, da *Gramática* excluíram-se obviamente as duas últimas: a de 1981 e a sua 2.<sup>a</sup> tiragem de 1988, dado tratar-se de puros fac-símiles. As outras cinco que,

entradas no labor colacional, forneceram as vicissitudes do texto e ajudaram à sua restituição e fixação, identificam-nas estas siglas:

P—a edição *princeps* (Lisboa, 1536);

V—a do Visconde d’Azevedo e Tito de Noronha (Porto, 1871);

N—a de Sá Nogueira (Lisboa, 1936);

S—a de Olmar Guterres da Silveira (Rio de Janeiro, 1954);

B—a de M. Leonor Carvalhão Buescu (Lisboa, 1975).

A recensão, como se vê, é bastante restrita, embora não se esteja perante as dificuldades do «codex unicus» a impossibilitar uma autêntica edição crítica<sup>1</sup>. Quanto ao aparato de rodapé reservou-se-lhe o que estritamente se recomenda em obras deste género, evitando-se assim sobrecargas ou misturas temáticas. Identificações intertextuais, aliás já levadas a cabo em parte, mas nem sempre com felicidade, por mão alheia, e bem assim outras notas eventualmente imprescindíveis deslocaram-se para o final. Acerca destas, manteve-se a indispensável parcimónia, de acordo com os leitores a que a obra se destina, quais os de média ou alta cultura. Todavia o índice temático ajudará a alguma complementação.

Décadas atrás, as edições críticas eram como os corvos brancos. Hoje o rol de autoridades na matéria é vasto. Lembramos só alguns, entre os lusófonos ou lusófilos, mesmo falecidos: Rodrigues Lapa, Augusto Magne, Joseph-Maria Piel, Walter Mettmann, Costa Pimpão, Lindley Cintra, Sousa da Silveira, Américo da Costa Ramalho, Maria Helena da Rocha Pereira, Paul Teyssier, Celso Cunha, J. Herculano de Carvalho, Luciana Stegagno-Picchio, Giuseppe Tavani, José Geraldes Freire, Aníbal Pinto de Castro, Leodegário A. de Azevedo Filho, Gladstone Chaves de Melo, Giuliano Macchi, Aires A. Nascimento, Sílvio Castro, Jean Roudil, José de Azevedo Ferreira, Ivo Castro, Ramón Lorenzo, Avelino de Jesus da Costa, José V. de Pina Martins, Rosa Virgínia Mattos e Silva, A. de B. Veiga, M. Isabel Villares Cepeda, Bertil Maller, M. Helena Mira Mateus, Robert Durand, Sebastião de Pinho, Carlos Assunção.

Actividade que exige grande dispêndio de energias, aturado esforço de investigação e atilada prudência judicativa, cabe-lhe a missão, elucida Lázaro Carreter<sup>2</sup>, de reconstituir, quanto possível, um texto viciado em sua transmissão, de harmonia com aquele que o autor considera definitivo e no qual, por essa razão, se pode confiar em absoluto.

Eis o que simplesmente visámos aqui, com relação ao nosso primeiro gramático.

### 1.3 Normas de transcrição

Parafraseando Lindley Cintra ao sintetizar as normas<sup>3</sup> de estabelecimento do texto na sua monumental edição crítica da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, que nos legou em quatro volumes, também nós meditámos diuturnamente sobre os critérios a utilizar numa edição que, ao princípio, se determinava a vir acompanhada de fac-símile e posteriormente se resolveu como agora sai, isto é, também com a lição diplomática, ou melhor, semidiplomática.

Tornando-se, deste modo, redundante ou repetitivo um texto *princeps* sem qualquer actualização, privilegiou-se na edição crítica uma atitude de compromisso inspirada pelas tendências anti-relatinizantes de Fernão de Oliveira, por um lado; e, por outro, na frequentíssima e desconcertante

transgressão delas, se acaso não devemos numa quota parte culpar disso os impressores-livreiros. Dieter Woll<sup>4</sup> talvez seja demasiado peremptório ao admitir que Oliveira «pouca importância teve na configuração tipográfica», visto «ele na sua obra desenvolver muito diminutas ideias sobre uma ortografia adequada; entre outras coisas, para as vogais nasais propõe a escrita com til, em vez de vogais com *n/m*», e depois segue precisamente pelo caminho oposto. Para Maria Filomena Gonçalves, na sua tese doutoral, «apesar de todas as irregularidades, as soluções presentes na obra traduzem a ideia de experimentação gráfica no sentido da vernaculização, isto é, uma tentativa de adaptar a tradição gráfica disponível – a latina – à realidade fonológica moderna da língua portuguesa», no que há anos já também reparara Maria Helena Paiva, apoiada num «corpus» de 23.520 palavras<sup>5</sup>.

Em atenção, pois, a esta tríplice motivação em cujas engrenagens ignoramos onde lateja o impulso principal, se dentro e fora, se na modernização, se na distração, perfilharam-se as seguintes alíneas:

1) Desdobramento, geralmente até no aparato crítico, das numerosas<sup>6</sup> abreviaturas, todas elas de tipo corrente, mesmo para um aprendiz de paleografia, mas sem a indicação do seu desdobramento em itálico, desnecessária em face dos textos semidiplomático e anastático;

2) Substituição, raramente requerida, do *g* pelo *j* e vice-versa, ou do *v* vocálico e *u* consonântico, pelos grafemas apropriados e referidos, por razões óbvias, no rodapé, ou do *y* pelo *i*, palatais estas que funcionam ora como vogais ora como semivogais e Oliveira não poucas vezes já permuta entre si;

3) Resolução do til<sup>7</sup> em *m* ou *n* dentro da normatividade usual, inclusive nas terminações verbais em *-ão*, correspondentes aos pretéritos perfeito e m. q. perfeito nas terceiras pessoas do plural;

4) Uniformização do uso das maiúsculas em nomes próprios e global preferência ortográfica de acordo com a média relevante de ocorrências vocabulares, quanto às consoantes duplas, às formas do verbo *haver* e da terceira pessoa do singular de *ser*, no presente do indicativo, enquanto por outro lado se respeitou sempre o polimorfismo foneticamente resultante dos jogos vocálicos *e/i*, *o/u* e vice-versa;

5) Separação, mesmo através do hífen, de morfemas ou palavras indevidamente unidas e junção de tantas que então já tendiam para isso, como *toda via*, *por ventura*, *sobre tudo*, *a trás*, *a diante*, *com tudo*, esta nasalmente adaptada com *n*, (conforme Prisciano já mandava colocar antes de *c*, *d*, *q*, *f*) ou de outras como *se não* quando advérbio, *mal tratar*, *a meude*;

6) Regularização do grafema cedilhado, transcrevendo *ç* antes de *e*, *i* por *c*, já que o contrário tem-no Duarte Nunes de Leão por idiotice, não obstante o parecer de João de Barros sobre o ceceamento, à «maneira dos ciganos» provocado por aquele, mesmo antes destas palatais<sup>8</sup>;

7) Tendendo Fernão de Oliveira para um aportuguesamento mórfico marcado de indecisões e recuos, as grafias com sabor às origens pouco se vêem, motivo por que se achou menos razoável acatá-las do que sujeitá-las à bitola comum, desde que acompanhadas sempre, em pé-de-página, da forma original, o que culturalmente tem o seu interesse, e ressaltados os *hápaxes*, ou quase, como *bõ*, *bõa*, *depoys*, entre outros;

8) Não se manteve, conseqüentemente, a reduplicação consonântica na maior parte dos casos e sempre que, em contraste, abundavam alomorfias simplificadas;

9) Embora Fernão de Oliveira, diferentemente de outros quinhentistas, se haja dispensado em absoluto de quaisquer acentos, eles tornavam-se moderadamente aconselháveis perante ambiguidades de homografia e tropeços eventuais de leitura, ou em contracções, como *à, às, ò (ao)*, ou ainda em futuros e infinitivos arcaicos pejados de esdrúxulas como *dáremos, podéremos, fôremos, dixéremos, escrevéremos*;

10) As passagens de fonética sintáctica assinalaram-se ora com apóstrofo quando explícitas, no género de *co 'a, antr 'os* – mas não quando ainda a meio caminho, por exemplo, *co as orelhas* – ora com desdobração em itálico, como *ajudão acrecentar* [lido «ajudam àcrecentar»], isto é, *ajudam a acrecentar*;

11) No que concerne à pontuação, sabido que no texto aparecem frequentemente o ponto (pontuação forte) e os dois pontos (pontuação média) sem critério constante – dado a barra transversal equivaler à vírgula, ao ponto isolando um elemento, uma palavra ou sequência vocabular, ou ao ponto e vírgula (pontuação fraca), e o de interrogação não oferecer problema – procurou-se, em face de um certo caos distribucional, uma remodelação frásica comedida;

12) Quanto à nota tironiana representativa da conjunção copulativa monografémica, de que, segundo Maria Helena Paiva<sup>9</sup>, há 1315 ocorrências além de 81 delas em letra maiúscula e duas em minúscula, interprete-se como amostragem, aqui irrelevante, de uma regularidade que a ortografia do texto não abona;

13) Sendo frequente a omissão do traço de translineação na imprensa quinhentista<sup>10</sup>, e em grau maior na *Gramática* oliveiriana, acrescentámo-lo na edição crítica, sempre que era necessário, mas não na semidiplomática em fim de capítulo, o que bastará para avaliação da irregularidade no seu emprego;

14) Atendendo a que poucos capítulos (19, 28,30, 40) se apresentavam intitulados, generalizou-se o processo a todos, entre parêntese quadrado e em linguagem condizente, o que facilita um primeiro contacto com a matéria;

15) O cuidado tido com a paragrafação original não obsteu à abertura de novos parágrafos introduzidos nas manchas compactas de uma, duas ou três páginas, no intuito de tornar mais atractiva e leve a textura figuracional sem prejuízo do conteúdo;

16) Manteve-se nos três textos – crítico, semidiplomático e anastático – correspondência rigorosa de paginação especial, a fim de tornar rápida a colação respectiva e não obstante a numeração geral da obra.

A fim de que não surtam juízos negativos de pormenores deixados nas alíneas acima e em páginas anteriores acerca do nosso primeiro gramático a quem Eugenio Coseriu não poupa elogios cientificamente fundamentados (vd. a sua «Apreciação global»), recorde-se que estávamos então numa época de sincretismos ortográficos, à margem de qualquer normativismo, precisamente em tentativas de desbravar caminhos próprios por entre compêndios latinos e humanistas relatinizantes.

Desta feita, aceitar-se-ão com naturalidade tantas indecisões, misturas e variantes da escrita oliveiriana: *lingoa e lingoagem*, formas raras, e *linguagem e lingua* prevaletentes; *sentimos, consintem, sintirá; dixé, dixemos e dissemos, disse; mui, muito, mais, pois, e muy, poys, mays muyto; premeiro*, com

presença sobretudo de meio para o final do livro, e *primeiro*, desde o início; *necessario*, frequente, e *necessareo*, raro; *devino* e *divindade*; *syllabas*, mas às vezes *sillabas* ou *silabas*; abundância da forma *ha* sem variante, em face de *avemos*, *aviam*, *aver*, sem embargo de *havidas*, *haviamos*, *havemos*; *Suetonio Tranquillo*, geralmente reduplicado quanto à consoante lateral, e *Quintiliano*, jamais; *para* e *pera*; *dirivados* e *vezinhas*; *destinto* e *distinto*; *he* e *é* (verbo *ser*); *memorea* e *memoria*, *deferente* e *diferente demenuir* e *diminuir*; *menenice* e *feminino*.

A respeito deste último vocábulo e dos alomorfos de tantos que chegam a registrar-se, não só no mesmo texto, mas até na mesma linha ou linhas contíguas, são de destacar os caps. 40 (p. [56]) e 44 (p. [65]). Naquele, Fernão de Oliveira teve um ataque fonético expansivo, de abertura, com seis ocorrências de *premeiro*, uma de *necessareo*, outra de *devidir*; neste, manifesta-se linguisticamente constipado e opta, preferentemente, pelo fechamento: para três ocorrências de *femenino* escreveu o dobro de *feminino*. ao contrário do cap. anterior (p. [62]), no qual *femenino* se lê cinco vezes e *premeiro* uma.

A propósito do verbo *ser*, o predomínio pertence à forma *é*, amiúde acompanhada da *he*. Optámos claramente pela simplificada, mas nota-se, nalguns textos, um aglomeramento desta, noutros daquela. Não se deixou, todavia, de registrar, no aparato crítico tudo o que pode contribuir para uma apreensão objectiva e global desta tão preciosa *Gramatica*.

Talvez provoque estranheza a última linha de texto de muitas páginas das edições crítica e semidiplomática quando aquela se queda incompleta no início, a meio, a três quartos ou mais, para depois continuar na página seguinte. Mas, realmente, não se deparou com melhor solução em face do objectivo primordial de manter rigorosa correspondência sucessiva, com numeração especial em chavetas, entre os três textos: original, semidiplomático e crítico. O recurso a maior espacejamento seria um fraco remédio, pois iria traduzir-se em manchas tipográficas sem uniformidade. De resto, procedimento similar se verifica em linhas que finalizam com pontuação de parágrafo, a distâncias bem diversificadas da vertical da mancha.

Gostaríamos que na edição crítica o tipo de letra adoptado não divergisse do da semidiplomática, ou se assemelhasse até ao da «Introdução». Contudo, o objectivo, atrás aludido, de não prejudicar a simultaneidade tópica entre os três textos, a fim de, por este modo, tornar rápida a consulta e confronto, inviabilizou a realização de tal desiderato.

Quanto à nossa preferência pela edição semidiplomática, há uma explicação a dar. É que, contendo o volume a lição anastática para gáudio do leitor e investigador, assim colocados sem dificuldade perante o texto não só autêntico mas outrossim genuíno, e havendo este saído dos prelos de Germão Galharde com defeitos de impressão que se repetiram, em parte, nas edições de 1871, 1936 e 1954 ou nelas se intrometeram, achá-mos ser obrigação imediata optar por ela, visto que a simplesmente diplomática redundaria, neste caso, em sonegação informativa e, dada a facilidade de leitura da mancha gótica de transição, numa espécie de pleonasma.

Note-se, ainda, que em nenhuma das pp. da edição *princeps* existe o reclamo. No concernente à numeração das mesmas, tão-somente alfabética, ela vai de A1<sup>r</sup> até E6<sup>v</sup>, contando-se cada letra até 8<sup>r/v</sup>, mas apenas estando indicada cada uma até 4<sup>r</sup> e começando expressamente em A3<sup>r</sup>.

Além do índice onomástico geral, o analítico, restrito ao texto crítico da *Gramática*, facultará a localização rápida dos conceitos de interesse. E como esta edição coincide, página a página e sem

nenhuma ou com pequena diferença de linhas em relação à semidiplomática e à anastática, é fácil a consulta global.

Esclarecidos deste modo os critérios de textualização crítica capazes de abrirem um caminho razoável de planificação média no caos morfológico que se nos deparou e sem desrespeito pelos sincretismos não meramente redundantes, talvez seja lícito concluir que, com tal atitude, se evitaram ou se pretendeu evitar dois escolhos de efeitos análogos: o de relegar a obra para a berma das reproduções intocadas, providas de sábios prolegómenos motivadores de arqueologias literárias para raros apenas, em face do rebarbativo da composição enobrecida pela pátina da oficina impressora; ou o de arrostar com os apodos de José Leite de Vasconcelos que, bem conhecedor dos abusos nesta matéria responsáveis por falseamentos em leitores desprevenidos, chamou «imbecil e fútil» ao preconceito entre nós enraizado «de que os livros antigos, quando se reimprimem, devem ser totalmente modernizados na fonética e nas flexões para que o público os possa saborear»<sup>11</sup>, enganando-o afinal acerca da sua textura verdadeira.

Por último, resta-nos formular votos sinceros de que este nosso empreendimento possa constituir o prelúdio das próximas comemorações do V Centenário do nascimento, a ocorrer em 2007, deste dominicano temporário e depois clérigo secular, soldado e diplomata, marinheiro e escritor louvado de arquitectura naval, prisioneiro da Inquisição e mestre da nobreza, humanista, professor de retórica, filólogo e gramático, – Fernão de Oliveira, cavaleiro andante que, antes de mais ninguém e com alta perícia, terçou armas por amor dessa dama de romana estirpe e presença transcontinental que é a Língua Portuguesa<sup>12</sup>.

AMADEU TORRES e CARLOS ASSUNÇÃO

#### NOTAS

<sup>1</sup> Cfr. D'Arco Silvio Avalle, *Principi di critica testuale*, Padova, Editrice Antenore, 1972, p. 25.

Outras obras sobre crítica textual: Jean Roudil, *Critique textuelle et analyse linguistique*, La Haia, Martinus Nijhoff, s/d [1968]; Roger Laufer, *Introduction à la textologie. Vérification, établissement, éditions des textes*, Paris, Larousse, 1972; Giorgio Pasquali, *Storia della tradizione e critica del testo*, 2.<sup>a</sup> ed., Florença, 1974; Alberto Blecuca, *Manual de crítica textual*, Madrid, 1983; E. J. Kenney, *The classical*

*text. Aspects of editing in the age of the printed book*, Univ. of Californ. Press, Berkeley/

Los Angeles/London, 1974; Joseph Bédier, «La tradition manuscrite du 'Lai de l'Ombre'. Reflexions critiques sur l'art d'éditer les anciens textes», in *Romania*, LIV, Paris, Champion, 1928, pp. 161-196, 321-356; Leodegário A. de Azevedo Filho, *Iniciação em crítica textual*, Rio de Janeiro, Presença, 1987; Michele Barbi, *La nuova filologia e l'edizione dei nostri scrittori da Dante al Manzoni*, 2.<sup>a</sup> ed., Florença, Sansoni, 1973 [a 1.<sup>a</sup> é de 1938].

<sup>2</sup> Cfr. *Diccionario de términos filológicos*, 3.<sup>a</sup> ed., Madrid, Gredos, 1974, s/v. «Edição crítica».

<sup>3</sup> Cfr. Avelino de Jesus da Costa, *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*, 3.<sup>a</sup> ed., Univ. de Coimbra, 1993; Celso Cunha, *Cancioneiro de Martin Codax*, Rio de Janeiro, 1956; Jean Roudil, *Critique textuelle et analyse linguistique*, La Haye, M. Nijhoff, 1967; id., «Édition de texte, analyse textuelle et ponctuation», in *Cahiers de linguistique hispanique médiévale*, Paris, Klincksieck, 3 (1979); D'Arco Silvio Avalle, *Principi di critica testuale*, Padova, Editrice Antenore, 1972; L. F. Lindley Cintra em *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1959, pp. 15-20; Ivo Castro *et alii*, sob a orientação de Lindley Cintra, «Normas de transcrição para textos medievais portugueses», in *Boletim de Filologia*, Lisboa, Centro de

Estudos Filológicos, XXII (1964-1973) 3-4, 1973, pp. 417-425; Maria Helena Mira Mateus, *Vida e feitos de Júlio César*, I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, pp. XXXIII-XXXVII; I. S. Révah, João de Barros, *Ropica Pnephna*, reprodução fac-similada da edição de 1532, leitura modernizada, notas e estudo de ..., reimpressão da ed. de 1955, Lisboa, INIC, 1983, II vol., pp. VII-XXVIII; Paul Teyssier, «Normes pour une édition critique des œuvres de Gil Vicente», in *Critique textuelle portugaise*, Actes du Colloque, Paris, Centre Culturel Portugais, 1986, pp. 123-130; Aníbal Pinto de Castro, «Uma edição crítica da *Menina e Moça*: problemas e soluções, *ibid.*, pp. 163-178; Graça Almeida Rodrigues, «Edições críticas. Textologia. Normas para a transcrição de textos do século XIX», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, XVII (1982), pp. 637-660; Jorge Alves Osório, «O texto da tradução do *Cato Maior* por Damião de Góis: alguns problemas de crítica textual», in *Critique textuelle Portugaise*, cit., pp. 185-198.

<sup>4</sup> Cfr. *o.c.*, na nt. 17 da secção A, p. 15.

<sup>5</sup> Cfr. Maria Filomena Candeias Gonçalves, *As ideias ortográficas em Portugal: da etimologia à reforma (1734-1911)*, Universidade de Évora, 1998, II vol. de Anexos, p. 11; Maria Helena Paiva, «Vernaculidade versus relatinização: o testemunho dos gramáticos portugueses quinhentistas», in *Actas da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, 1985, pp. 375-397.

<sup>6</sup> Cfr. Maria Helena Paiva, «Variação e evolução da palavra gráfica: o testemunho dos textos metalinguísticos portugueses do século XVI», *ibid.*, Lisboa, XII (1997), pp. 233-252.

<sup>7</sup> Não há nisto transgressão do conselho de Silva Neto: «No tocante às vogais nasais – caso muito melindroso e complexo – somos de opinião que, nos textos anteriores ao século XV, deve respeitar-se rigorosamente a grafia medieval e man-ter-se, portanto o til em escritas como *têpo*, *viho*, *testemoiho*, etc.» (cfr. Serafim da Silva Neto, *Textos medievais portugueses e seus problemas*, Rio de Janeiro, Casa Rui Barbosa, 1956, p. 23).

<sup>8</sup> Cfr. Duarte Nunes de Leão, *Ortografia e origem da língua portuguesa*, ed. de M. L. Buescu, Lisboa, INCM, 1983, p. 56; João de Barros, *Gramática da língua portuguesa*, ed. de M. Leonor Buescu, Lisboa, Faculdade de Letras, 1971, pp. 147 e 381.

A respeito da *cedilha*, a que Madureira Feijó, na sua *Orthographia*, ainda chama *plica*, vd. João da Silva Correia, «Reflexos filológicos dos sinais gráficos e do seu aprendizado», in *Revista da Faculdade de Letras*, I (1-2), Lisboa, 1933, pp. 136-137.

<sup>9</sup> Cfr. *l.c.*, na nt. 6, p. 235.

<sup>10</sup> Cfr. *id.*, *ibid.*, p. 238.

<sup>11</sup> Cfr. José Leite de Vasconcelos, *Opúsculos*, I, 1, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928, p. 330.

<sup>12</sup> Cfr. Amadeu Torres, *o.c.*, na nt. 2 da secção A, p. 169.

Acerca da oportunidade do tríptico texto desta nossa edição da *Gramática* de Fernão de Oliveira, vd. também a judiciosa apreciação crítica de Justino Mendes de Almeida à levada a cabo por M. Leonor Carvalhão Buescu (Lisboa, INCM, 1975), em *Euphrosyne*, VIII, 1977 [pp. 269-278], nas pp. 272-273 e nota 10.

**Amadeu Torres e Carlos Assunção**